



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

*(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)*

**XII Legislatura**

**Número: 37**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, terça-feira, 29 de setembro de 2021**

**Presidente:** Deputado Luis Garcia

**Secretários:** Deputado Marco Costa e Deputada Maria Isabel Teixeira

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 06 minutos.*

Dando cumprimento ao **Período de Antes da Ordem do Dia**, foi presente um [Voto de Pesar pelo falecimento do antigo Presidente da República Jorge Sampaio](#), subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares com assento no Parlamento.

O referido Voto de Pesar foi apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA.

Sobre este Voto pronunciaram-se os seguintes Srs. Deputados:

José Pacheco (*Chega*), António Lima (*BE*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*) e também o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro.

O Voto de Pesar em apreço foi aprovado por unanimidade. Logo após a votação cumpriu-se um minuto de silêncio em memória do antigo Presidente da República Jorge Sampaio.

Já no **Período da Ordem do Dia**, entrou-se no ponto 2 da Agenda - [Interpelação ao Governo Regional sobre “Transporte marítimo de passageiros e viaturas”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Sobre esta matéria, intervieram o Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), a quem coube a sua apresentação, tendo-lhe seguido a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*) e os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Francisco César (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Furtado (*Independente*), José Pacheco (*Chega*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), Elisa Sousa (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), e também o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mota Borges*).

Seguiu-se a análise e votação da [Proposta de Resolução n.º 5/XII – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022”](#), apresentada pela Mesa da ALRAA. Intervieram sobre esta matéria, os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*) e Paulo Estêvão (*PPM*). A Proposta de Resolução em referência foi aprovada com os votos a favor de todas as bancadas, à exceção do Sr. Deputado Carlos Furtado (*Independente*) que se absteve.

O ponto seguinte da Agenda - [Projeto de Resolução n.º 38/XII, “Medidas de apoio aos artesãos dos Açores”](#), foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pela voz do Sr. Deputado Paulo Silveira, tendo merecido aperturas dos/as seguintes Sras. e Srs. Deputados: José Pacheco (*Chega*), Rui Anjos (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*) e também do Sr. Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*).

Este ponto da Agenda foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, procedeu-se ao debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 58/XII – “Criação de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento e fiscalização da execução dos fundos europeus na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre o qual intervieram as/os Sras. e Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), a quem coube a apresentação do mesmo, Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS/PP*), Carlos Furtado (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*). O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Dando continuidade ao cumprimento da Agenda, seguiu-se o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 53/XII – “Elaboração do Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores”](#), da responsabilidade dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM. Apresentou a referida iniciativa o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), tendo sido seguido das intervenções dos/as Sras. e Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), Alexandra Manes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), João Vasco Costa (*PS*), Pedro Pinto (*CDS/PP*) e ainda do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Nada mais havendo a tratar em termos de Agenda neste dia, deu-se por concluídos os trabalhos quando eram 18 horas e 30 minutos.

**Presidente:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Secretária para proceder à chamada.

*Eram 10 horas e 06 minutos.*

**Secretária:** Obrigada Sr. Presidente.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam as/os seguintes Sras. e Srs.  
Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**  
**Andreia Martins Cardoso da Costa**  
**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**  
**Berto José Branco Messias**  
**Carlos Emanuel Rego Silva**  
**Célia Otelinda Borges Pereira**  
**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**  
**João Vasco Pereira da Costa**  
**José António Vieira da Silva Contente**  
**José Gabriel Freitas Eduardo**  
**José Manuel Gregório de Ávila**  
**Lubélio de Fraga Mendonça**  
**Manuel José da Silva Ramos**  
**Maria Isabel Góis Teixeira**  
**Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**  
**Mário José Dinis Tomé**  
**Miguel António Moniz da Costa**  
**Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca**  
**Rui Filipe Vieira Anjos**  
**Sandra Micaela Costa Dias Faria**  
**Sérgio Humberto Rocha de Ávila**  
**Tiago Alexandre dos Santos Lopes**  
**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

**Vasco Ilídio Alves Cordeiro**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto Pacheco da Ponte**

**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**

**Carlos Manuel da Silveira Ferreira**

**Délia Maria Melo**

**Elisa Lima Sousa**

**Flávio da Silva Soares**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Carlos Cota Soares**

**Marco José Freitas da Costa**

**Marco Nuno Costa e Silva**

**Paulo Alberto Bettencourt da Silveira**

**Paulo Duarte Gomes**

**Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral**

**Rui Miguel Mendes Espínola**

**Sabrina Marília Coutinho Furtado**

**Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Catarina Oliveira Cabeceiras**

**Pedro** Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**  
**Rui** Miguel Oliveira **Martins**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**  
**Alexandra** Patrícia Soares **Manes**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Gustavo** Valadão **Alves**

*CHEGA (CH)*

**José** Eduardo Cunha **Pacheco**

*Iniciativa Liberal (IL)*

**Nuno** Alberto **Barata** Almeida Sousa

*Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)*

**Pedro** Miguel Vicente **Neves**

*Independente*

**Carlos** Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Secretária.

Estão presentes 56 Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados foi deliberado pela Conferência de Líderes prestarmos, neste momento, a devida homenagem à memória do antigo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, falecido no passado dia 10 de setembro, com a

leitura de um Voto de Pesar, subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares com assento no nosso Parlamento.

O Voto será apresentado por mim, ao que se seguirá uma intervenção de cada um dos Grupos e Representações Parlamentares, bem como do Governo.

### **VOTO DE PESAR**

#### *Pelo falecimento de Jorge Sampaio*

Jorge Fernando Branco Sampaio é uma personalidade incontornável da Democracia Portuguesa e da História de Portugal contemporâneo. Foi um corajoso humanista, defensor da liberdade e da pluralidade de opiniões em democracia, tendo afirmado enquanto Chefe de Estado que “*não há portugueses dispensáveis*”.

Desde muito cedo, ainda na faculdade, desenvolveu uma importante atividade académica e iniciou uma persistente ação política de oposição à ditadura, tendo sido um dos protagonistas da crise académica da década de 60, que daria origem ao movimento de contestação estudantil pré-25 de abril de 1974.

Na sua carreira como advogado deu também continuidade aos seus princípios e valores humanistas, enquanto defensor de presos políticos, no Tribunal Plenário de Lisboa, após a Revolução de Abril.

A sua importante atividade política e intelectual, marcada pela sua cultura vincadamente humanista, teve ecos além-fronteiras, especialmente na defesa da independência de Timor-Leste e na transferência do exercício da soberania sobre Macau para a República Popular da China.

Foi vasto o seu legado para a humanidade e, por isso, as Nações Unidas em distintas ocasiões reconheceram o seu valor, tendo sido mesmo o primeiro vencedor do Prémio Nelson Mandela. Como homem sensível e empenhado nas questões humanitárias internacionais, Jorge Sampaio foi enviado especial das Nações Unidas para a Luta Contra a Tuberculose e alto representante da ONU

para a Aliança das Civilizações. A UNESCO prestou-lhe o devido preito dizendo que Jorge Sampaio foi um intrépido defensor da liberdade e da diversidade.

Foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1990 e 1995. Enquanto Chefe de Estado, os seus dois mandatos ficam marcados pela reflexão em torno dos poderes do Presidente da República.

Foi um dos Presidentes da República que mais visitou o arquipélago dos Açores, uma relação que iniciou logo no primeiro ano de mandato, em 1996, quando presidiu à sessão solene de abertura da VI Legislatura da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O seu espírito compreensivo e solidário fê-lo marcar presença nos bons e nos maus momentos da vida dos açorianos.

Exemplo disso, foi a sua passagem pela ilha de S. Miguel, aquando da catástrofe da Ribeira Quente, e pela ilha do Faial, abalada pelo sismo de 1998, ou noutras ocasiões solenes, como a comemoração dos 25 anos de Autonomia a que presidiu em 2001, e a comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, celebrado nos Açores, em 2003.

Da relação com os Açores, reconheceu ter ficado com a certeza de ter aprofundado a sua “capacidade de conceber e formular o natural desenvolvimento das autonomias regionais e do seu relacionamento com o Governo da República”, bem como de ter também reforçado o laço afetivo que o ligava “à população açoriana e à memória” da sua avó, nascida nos Açores.

Em 2004, promulgou a VI Revisão Constitucional, marcada pelo aprofundamento dos poderes das autonomias regionais, indo assim ao encontro das suas próprias palavras, ditas numa dessas visitas, em que pisando solo açoriano reconheceu perante os órgãos de governo próprio dos Açores, que “a autonomia trouxe inegáveis benefícios para as regiões”.

“Colmatou carências ancestrais, mas dos seus resultados tão positivos beneficiou também o país no seu conjunto, política e socialmente, fortalecendo a identidade nacional e engrandecendo a Nação no seu todo”, afirmou então.

Jorge Sampaio fica para a História como uma referência, não só para a sua geração, mas para todos os que se reveem na vivência democrática e nos valores da liberdade, da tolerância e do respeito pelo outro.

Como legado do seu ativismo cívico, que extravasou largamente as fronteiras nacionais, deixa a Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios, projeto que corajosamente criou em 2013 e no qual se empenhou de corpo e alma, dando-lhe a devida projeção internacional e alargando depois o seu âmbito a refugiados afegãos, na sequência da crise no Afeganistão.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe a aprovação deste Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Fernando Branco de Sampaio, honrando a sua memória e apresentando respeitosas condolências à sua família e ao Partido Socialista.

Do presente Voto de Pesar deverá ser dado conhecimento a Sua Excelência O Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo da República, ao Partido Socialista e à sua família.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

(\*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Jorge Sampaio, a sua memória e a sua obra, são credoras do nosso preito e do nosso reconhecimento. E, hoje, renovado pesar pelo seu falecimento.

No dia do falecimento do Presidente Jorge Sampaio, o Governo da Região Autónoma dos Açores mostrou profundo pesar, sentidas condolências dirigidas

à família, aos portugueses e, de forma expressa por mim próprio, ao Senhor Presidente da República.

Hoje, o Governo dos Açores acompanha este Voto de Pesar que a Assembleia Legislativa apresenta e aprova.

Com o seu falecimento, a Administração Regional Autónoma acompanhou e cumpriu os decretados 3 dias de luto nacional. Sim, luto, porque o desaparecimento do Presidente Jorge Sampaio, a sua figura, o seu exemplo e a referência de cidadania que sempre representou, colocou-nos a todos de luto e a sentir a sua falta.

As lições que nos deixa são uma inspiração para as gerações portuguesas e do mundo inteiro, daqueles que convocam para a sua própria natureza razões de solidariedade humanitária, de presença solidária.

Jorge Sampaio foi um homem que lutou pela Democracia. Que defendeu os combatentes da Democracia. Que lutou contra o fascismo e contra a ditadura.

Estas são referências de um cidadão que se fez Presidente de todos os portugueses, numa Democracia plena, reconhecida e com a aprovação dos portugueses na sua candidatura e reeleição.

Nos Açores, a sua presença solidária nos momentos difíceis que passámos, foi também a expressão do seu carácter. A do entendimento de um Portugal inteiro e dos portugueses todos e que em qualquer parte não dispensáveis da unidade, nacionalidade, portuguesismo, mas sobretudo, da solidariedade entre o País.

Teve sempre também para com a nossa diáspora uma referência de inclusão e de participação.

Deixa-nos, por isso, estas referências de cidadania e de encargo político que assumiu na Presidência da República Portuguesa.

Foi, como cidadão, uma outra referência, na sua solidariedade e sensibilidade humanitária.

As migrações e os refugiados estiveram na primeira linha da sua preocupação e ação. E isso projeta uma característica portuguesa no mundo que enaltece o nosso Povo, que caracteriza os Açores e os açorianos também.

Por isso, hoje, em nome do Governo da Região Autónoma dos Açores, acompanhamos as profundas condolências e sentido pesar que manifestámos no dia do seu falecimento à família, ao País e a Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Hoje, acompanhamos o Voto bem expressivo que Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa aqui leu, em nome de todos nós.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Sr. Deputado Nuno Barata?

*(Os Deputados Pedro Pinto e Nuno Barata deram indicação de que não pretendiam usar da palavra)*

Sr. Deputado José Pacheco?

**Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há a célebre frase que “é mais o que nos une do que aquilo que nos separa”. E o que nos une aqui é a democracia.

Uma justa homenagem a um democrata.

Uma homenagem que todos devemos prestar àqueles que, de forma livre e convicta, defendem causas, quer sejam as em que eu acredito, quer sejam até as que são contrárias ao que eu acredito.

Jamais ditaduras de esquerda.

Jamais ditaduras de direita.

Sempre a Democracia. E sempre este sentido.

Foi com este sentido que eu reconheço, e o meu partido também, que Jorge Sampaio viveu e exerceu a democracia, deixando esta herança.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda gostaria de afirmar que vai naturalmente associar-se a este sentido Voto de Pesar, pelo falecimento do Presidente Jorge Sampaio.

A ele devemos muito. Devemos também a nossa democracia, como combatente que foi pela liberdade, como defensor daqueles que combatiam por ela e que a ditadura perseguia.

Devemos-lhe também uma visão de democracia que é importante no nosso País.

Uma visão de democracia onde o sectarismo não existe, onde as forças de esquerda, nomeadamente, podem cooperar e podem fazer caminhos conjuntos.

Foi um bom Presidente da República, que enfrentou desafios difíceis e não falhou com os Açores em momentos também muito difíceis.

Foi uma pessoa profundamente solidária. Defensor da autodeterminação dos povos, como ficou demonstrado pela sua empenhada luta pela autodeterminação de Timor-Leste.

Defensor dos mais perseguidos, dos refugiados. E esse espírito solidário marca de facto uma geração em Portugal e deixa boas memórias e bons exemplos para o futuro.

Por isso, neste momento, saudamos a memória do Presidente Jorge Sampaio e do seu percurso político e cívico, bem como a defesa da democracia, acima de tudo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se naturalmente a este Voto de Pesar apresentado por V. Exa.

Acima de tudo, o Presidente Jorge Sampaio era um homem de coragem. Um homem que em plena ditadura soube resistir, soube dizer presente e soube assumir uma posição em nome e em defesa da democracia.

Jorge Sampaio, ainda estudantil, assumiu de forma frontal e corajosa os ideais da democracia, perante um estado fascista e ditador.

Mesmo após o 25 de abril, Jorge Sampaio, enquanto advogado, assumiu e continuou a assumir uma posição de coragem ao defender imensos presos políticos, vítimas do nosso sistema ditatorial. E esta coragem que Jorge Sampaio afirmou na sua juventude, acentuou-a ao longo da sua intervenção cívica e política. Desde logo, pela sua manifesta solidariedade com causas sociais e políticas. Enquanto Presidente da República, Jorge Sampaio continuou a manifestar esta coragem em decisões políticas que assumiu e que mudaram o panorama político do País de forma serena.

Ele era apelidado de um “corajoso sereno”. Na serenidade das suas palavras e das suas atitudes, estava por trás uma decisão inquebrável. Uma decisão forte. Uma decisão dura como uma rocha. Esta posição de coragem que contrastava com a sua serenidade e alguma bonomia no trato que tinha com os vários

intervenientes políticos, fossem do Partido Socialista ou de outros partidos políticos, sempre fez com que a sua posição fosse profundamente respeitável e respeitada por todos os intervenientes políticos do País.

Mesmo após a sua saída da Presidência da República, o Presidente Jorge Sampaio não se coibiu de continuar a manter acesa uma intervenção social digna de registo, mantendo também uma posição de ajuda humanitária que deixa um legado fundamental, através da sua imagem e da sua impressão digital para as gerações vindouras.

Mas o que mais marca e deixa como registo da sua passagem por esta vida terrena é, sem dúvida, a defesa intransigente pela determinação do Povo de Timor-Leste.

O Presidente Jorge Sampaio não se coibiu de encetar contatos ao mais alto nível, sobretudo com os Estados Unidos da América, para que aquela autodeterminação tão premente, tão sofrida e tão desejada pelo Povo de Timor-Leste, encontrasse um horizonte de abertura de liberdade, de igualdade e de garantias de cidadãos, fundamentais para uma sobrevivência democrática.

Nesse aspeto, atrevo-me mesmo a dizer, que se não fosse a sua intervenção premente, eficaz e persistente, o futuro de Timor-Leste talvez não fosse aquele que nós hoje conhecemos.

Por isso, por tudo isso, o Presidente Jorge Sampaio, o Presidente de todos os Portugueses, merece o nosso reconhecimento, o nosso profundo agradecimento e o nosso pesar pelo desaparecimento de uma das mais importantes referências do Portugal em que vivemos.

Com a morte de Jorge Sampaio, o País fica objetivamente mais pobre. E as referências que construíram este País em democracia, começam a desaparecer paulatinamente.

Um Voto de Pesar que o Grupo Parlamentar do PSD reitera perante esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Há várias razões que justificam e fundamentam o mérito da decisão da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que se prepara para votar este Voto de Pesar, em apresentá-lo e tomá-lo como sua decisão.

A personalidade e a figura de Jorge Sampaio não se esgotam, no fundo, naquele que foi o seu papel como Presidente da República. Ele é, aliás, dos que se pode considerar como um dos Grandes de Portugal.

A sua dimensão transcende, em muito, as fronteiras do nosso País. Seja pelo seu papel e pelo seu desempenho como Presidente da República, na defesa da autodeterminação e da independência de Timor-Leste, seja no trabalho que, após sair da Presidência da República, desenvolveu aos mais variados níveis, seja também por iniciativa e sob os auspícios das Nações Unidas, seja ainda de modo próprio.

É um português de dimensão internacional.

É um dos Grandes de Portugal.

Por isso, e o facto da Assembleia Legislativa preparar-se para aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento é também, no fundo, uma manifestação de união à volta desta nossa Casa comum que é o nosso País.

Em segundo lugar, a nível nacional, a memória e a figura do Presidente Jorge Sampaio acaba por alicerçar-se em três dimensões que me parecem fundamentais.

Em primeiro lugar, a dimensão do Homem com as suas convicções pessoais, com o seu entendimento dos valores e princípios. Mas também aquela dimensão de cidadão, a de profissional do foro, a de político.

Em qualquer uma delas, em qualquer uma destas dimensões, o Presidente Jorge Sampaio afirmou-se sempre como um paladino da liberdade, um paladino da dignidade humana, da dignidade das instituições, da ética republicana e, também, do diálogo e da construção de pontes.

Foi um político que teve um conhecimento feito de experiência, daquele que é talvez o nível da política de maior contato com os cidadãos, como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Foi parlamentar. Foi dirigente político do Partido Socialista. Foi líder do Partido Socialista. E em qualquer uma destas funções, foi, como profissional do foro, defensor perante tribunais plenários, de prisioneiros políticos no anterior regime, na ditadura. E qualquer uma destas dimensões dão, no fundo, testemunho da força e da grandeza daquilo que o Presidente Jorge Sampaio significou e significa para o nosso País.

Era, sobretudo, um político – e disso fui testemunha nos tempos em que, como Conselheiro de Estado, tive a oportunidade de contactar com ele, também Conselheiro de Estado – profundamente atento e cuidadoso na fundamentação das suas posições.

Esse é um aspeto que eu gostaria de realçar, porque deste deriva também a sua resistência à tentação do discurso fácil na política. Era um homem corajoso, quanto às opções que tomou e quanto aos seus valores. Mas também como Presidente da República, Jorge Sampaio fica associado de forma mais direta e evidente, não apenas a uma solidariedade para com a nossa Região, nos casos da Ribeira Quente, do sismo do Faial, mas também a alguns momentos estruturantes da nossa Autonomia. É o caso da promulgação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, em 1998. É o caso da promulgação da Lei de Revisão Constitucional de 2004. E não são afirmações circunstanciais que podem diminuir o valor das suas convicções autonomistas, quando se associou a estes

atos maiores e profundamente significativos e estruturantes da Autonomia Político-Administrativa dos Açores.

Estes são atos que relevam, particularmente, e que se juntam a muitos outros, em que o Presidente Jorge Sampaio deu prova de ser um autonomista com a coragem das convicções, mas também com uma noção muito clara daquele que era o seu entendimento e a sua perspetiva em relação a esse processo de descentralização. Mas relevaria, nesta ocasião e a este propósito, sobretudo a sua conceção dita, afirmada e verbalizada nessa Mesa, em 2001, quando se celebrava os 25 anos da Autonomia e que é, em si mesma, uma posição que encerra várias lições que não é este nem o momento nem o tempo adequado para dissecá-las.

“A Autonomia é um património da democracia” – disse ele.

“A Autonomia é um património de todos os portugueses”.

A concluir, gostaria apenas de salientar que, nestes tempos que vivemos, em que somos confrontados com tantos e tantos fenómenos políticos, e não só, que contrariam os valores e os princípios de que a vida política e cidadã de Jorge Sampaio foi bastante testemunho, julgo que a melhor homenagem que podemos prestar à sua memória, é exatamente a de sermos intérpretes fiéis nesse combate por esses princípios e por esses valores. Da liberdade, da dignidade humana, da inclusão, da dignidade das instituições, do diálogo e da construção de pontes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação do Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado.

Proponho à Câmara que, em sua memória, guardemos um minuto de silêncio.

*(Após a aprovação do voto, foi feito um minuto de silêncio, de pé, por todas as bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, entrando no ponto 2 – interpelação ao Governo Regional sobre “Transportes Marítimos de Passageiros e de Viaturas” – apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Regem esta matéria os Artigos 183º e 184º do nosso Regimento. E os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes:

- O Partido Socialista e o Governo dispõem de 28 minutos;
- O PSD dispõe de 24 minutos;
- O CDS/PP dispõe de 14 minutos;
- O Bloco de Esquerda e o PPM dispõem de 12 minutos;
- As Representações Parlamentares dispõem cada de 10 minutos;
- O Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente da Assembleia

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo,

A Região Autónoma dos Açores tem no transporte marítimo de passageiros e viaturas um dos pilares da Coesão Regional e que é, tal como o transporte aéreo, determinante para a conectividade entre as ilhas de uma Região Ultraperiférica e descontínua como a nossa.

Prova disso é a evolução crescente verificada ao longo dos últimos anos do número de passageiros transportados por via marítima que, entre 2012 e 2019,

conheceu um crescimento em cerca de 23% no número de passageiros desembarcados e embarcados nos diferentes portos da Região.

Os investimentos realizados nas infraestruturas portuárias dos Açores, nomeadamente em rampas *roll-on-roll-off*, gares e terminais marítimos, bem como em novos navios para o Grupo Central, foram igualmente parte integrante de uma estratégia consolidada de desenvolvimento deste tipo transporte que, em 2019, superou o número de 1 milhão de passageiros embarcados e desembarcados e o transporte de 30 mil viaturas.

O programa deste Governo refere, e cito, que “construir a coesão territorial entre todas as parcelas geográficas da Região garante uma melhor coesão social (...) e promove melhores condições de vida para as pessoas, assegurando que a iniciativa privada dispõe de condições estáveis para investir, promovendo o crescimento económico, o emprego e a riqueza”, fim de citação.

Diz igualmente e cito que “a criação de verdadeiras autoestradas do mar é o novo paradigma para o relançamento do transporte marítimo *inter-ilhas*. “Este – continuo a citar - é mais um passo na construção do mercado interno”, fim de citação.

O Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, aquando do debate do Plano e Orçamento da Região para o ano 2021, afirmava e cito “no tocante aos transportes marítimos pretende-se dar continuidade ao serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, através de obrigações de serviço público. E nesta linha, e continuo a citar, “prevemos também melhorar as acessibilidades e frequências às ilhas de menor dimensão, com vista a um eficaz movimento de carga”, fim de citação.

Apesar do dito e tantas vezes repetido, acontece que, sem aviso prévio, e em total contradição com o que havia sido proferido até então, a 6 de agosto deste ano, o Governo Regional dos Açores torna pública a decisão de lançar um concurso público internacional, com vista à celebração do contrato de

fornecimento, pelo prazo de 2 anos, do serviço público de transporte marítimo regular de passageiros e de viaturas entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge e de passageiros entre as ilhas das Flores e Corvo, bem como do serviço de transporte marítimo sazonal de passageiros e de viaturas entre as ilhas do Grupo Central.

Com esta opção o Governo decide, assim, extinguir do transporte marítimo de passageiros, viaturas e carga rodada, em época de verão, as ligações de e para as ilhas de São Miguel, Santa Maria e Flores, suprimindo também, por essa via, a ligação destas ilhas às ilhas do Grupo Central, em sentido contrário ao que acontecia com a Linha Amarela da Atlanticoline.

Mais grave ainda, é que esta decisão tenha sido tomada à porta fechada, sem qualquer discussão pública, sem ouvir os representantes do tecido empresarial regional, os Conselhos de Ilha, as Câmaras Municipais, o setor turístico, entre outros, o que, na nossa opinião, revela uma total falta de transparência na condução deste processo.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Para o Partido Socialista, estamos, pois, perante um ataque sem precedentes e unilateral à Coesão Regional, colocando ilhas à margem de outras e que fomenta a desigualdade entre as mesmas no acesso aos transportes marítimos.

E não vale a pena dizer-se que as alterações realizadas no transporte aéreo substituem a necessidade da existência do transporte marítimo sazonal porque, como é óbvio e evidente, o transporte marítimo dá, também, resposta àquilo que efetivamente o transporte aéreo não dá, nomeadamente no que confere a mercadorias, a viaturas, a carga, à realização de eventos pelas nossas ilhas, motorizados, por exemplo, que usufruíam da operação sazonal com *Ferries* de maior dimensão para se concretizarem.

E se é certo que este ano se verificou um crescimento do número de passageiros transportados por via aérea entre as nossas ilhas, e que esperamos que possa aumentar no futuro, também é certo que, não raras vezes, a acessibilidade aérea a algumas dessas ilhas, nomeadamente às que agora são excluídas do transporte marítimo sazonal, foi uma miragem.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto é tudo menos promover o mercado interno.

Isto é tudo menos combater assimetrias.

Isto é tudo menos promover a coesão regional.

Isto é um recuo de mais de 20 anos nas ligações marítimas inter-ilhas nos Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** E apesar das sucessivas tentativas de explicações dadas pelo Governo Regional após as manifestações de preocupação levantadas por diversas entidades das diferentes ilhas, a confusão e a incerteza manteve-se, revelando uma total ausência de estratégia deste Governo para os transportes marítimos de passageiros, viaturas.

Um Governo que diz querer promover a coesão territorial e o mercado interno, mas que exclui ilhas do acesso a este transporte, privilegiando umas em detrimento de outras, prejudicando famílias e empresas.

Um Governo que diz ser o arauto da transparência, mas que toma decisões desta natureza e com esta importância, sem a devida ponderação e sem ouvir nada nem ninguém.

Um Governo que coloca Açorianos contra Açorianos.

Disse!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Prevê o nosso Regimento que, querendo, o Governo possa usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

**(\*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mota Borges):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com gosto que aqui estou, perante esta Assembleia, para prestar todos os esclarecimentos que forem, da nossa parte, possíveis, às questões que nos queiram colocar, sendo que a algumas delas terei condições para responder aqui de forma direta e imediata. Mas se surgirem algumas para as quais eu não tenha a resposta preparada, serão enviadas com a rapidez com que temos também respondido aos requerimentos que têm sido apresentados relativamente a estes e outros assuntos.

Portanto, quaisquer questões que queiram colocar, é um gosto que terei em esclarecer-vos, dentro daquilo que estiver ao nosso alcance.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em pleno Verão, dia 6 de agosto, início de férias para muitas pessoas, o Governo decidiu suspender o serviço sazonal de transporte marítimo de passageiros e viaturas, nas ilhas do Grupo Ocidental e Oriental.

Uma decisão unilateral e prepotente por parte de um governo que não perde uma oportunidade para dizer que quer ser muito transparente e que quer dar centralidade ao Parlamento.

O problema é que aquilo que este Governo faz não bate certo com aquilo que diz.

Porque, se o Governo defendesse a transparência, teria colocado este assunto em debate, teria ouvido os municípios, os conselhos de ilha e os parceiros sociais das ilhas que vão ficar sem este transporte público. Se o Governo defendesse a centralidade do Parlamento teria trazido o assunto que estamos agora a debater, antes de tomar uma decisão.

Mas não. O Governo do PSD, do CDS e do PPM decidiu deixar as ilhas de São Miguel, Santa Maria e Flores sem transporte marítimo de passageiros sem ouvir ninguém, e escolheu a altura em que menos gente está a ouvir o Governo – a chamada *silly season* – para tentar passar despercebido.

Com a desculpa da pandemia e das condições atuais do porto comercial das Lajes das Flores, o atual Governo Regional conseguiu isolar, ainda mais, a ilha das Flores.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Não apoiado!

**A Oradora:** Mas a trapalhada e a incoerência deste Governo não acabam aqui: pouco depois de decidir acabar com as obrigações de serviço público para o transporte marítimo de passageiros para os grupos Oriental e Ocidental, o Governo veio rapidamente dizer que “talvez o serviço possa vir a ser feito por privados...”

A pergunta que precisa de resposta é:

- Vão contratar privados para fazer o transporte para os Grupos Oriental e Ocidental, porque é que isto não está já nas obrigações de serviço público?

Será que vão criar Obrigações de Serviço Público só entre Santa Maria e São Miguel? Será que já escolheram a empresa privada, em concreto, que vai realizar este serviço?

Outro aspeto surpreendente desta história, revelado pela resposta do Governo a um requerimento da Sra. Deputada Elisa Sousa, do PSD, é que será realizado um estudo “acerca de um novo e sobretudo melhor modelo de transportes marítimos para os Açores”.

Mas, então... o Governo primeiro toma a decisão de acabar com este serviço de transporte marítimo de passageiros e depois é que o vai estudar?

Não podemos deixar de assinalar também que – como refere o Governo em resposta a um requerimento do Bloco de Esquerda – antes da tomada desta decisão de excluir os grupos Oriental e Ocidental do transporte marítimo de passageiros, tenham sido ouvidas **apenas** as autarquias e as associações de empresários das ilhas do Pico e de São Jorge.

Ora bem, estas não são diretamente afetadas por esta suspensão, e que só depois da decisão tomada tenham sido ouvidos a autarquia e os empresários de Santa Maria. Apenas de Santa Maria.

Peço que o Sr. Secretário dos Transportes nos explique porque não foram ouvidos os Municípios das Flores?

Será que a cor do partido que as lidera teve peso nesta opção?

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Não teve nada a ver com isso!

**A Oradora:** Além do timing ser incompreensível, nem sequer há registos escritos – pelo menos que sejam públicos – das posições, fundamentadas, de cada uma das entidades ouvidas pelo Governo.

Numa matéria tão importante e tão sensível como o transporte marítimo de passageiros, o Governo tomou uma decisão, sem ouvir os representantes locais das pessoas e das empresas que vão ser afetadas.

O fim do transporte marítimo de passageiros para as ilhas do Grupo Oriental e Ocidental tem um especial impacto nas ilhas mais pequenas.

Este transporte marítimo, mesmo que sazonal, contribuía fortemente para a economia dessas ilhas, apresentando-se como uma alternativa de mobilidade para os jovens, para viagens de grupo, marchas, grupos de folclore, filarmónicas, entre outros, nomeadamente em período de festas municipais, concertos, regatas, etc.

Com isto, e para que fique registado, a participação da ilha das Flores em provas de regata fica altamente condicionada com a decisão de isolar esta ilha.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Não apoiado!

**A Oradora:** Para esta opção foram totalmente desconsideradas as quase 30 mil pessoas embarcadas e desembarcadas, nos anos de 2017 e 2018, nas ilhas de Santa Maria e Flores.

Também já ouvimos que a tarifa Açores é uma alternativa às viagens de barco.

No entanto, seria bom que se percebesse a realidade destas ilhas!

Para o caso de não saberem, eu posso explicar.

As acessibilidades são demasiado importantes para se resumirem a uma tarifa!

A tarifa, por ser isso mesmo, nem sempre é alternativa.

Nem sempre se encontram os preços promocionais

**Deputado Nuno Barata (IL):** Não há tarifas promocionais!

**A Oradora:** E, que eu saiba, pelo menos por enquanto, os aviões da SATA não transportam carros e é mais difícil conseguir preços acessíveis para viagens em grupo. E é preciso lembrar que a Sata nem sempre consegue dar resposta ao número de passageiros que querem viajar para estas ilhas.

No dia 6 de agosto, pela calada, o Governo deu uma machadada no conceito de coesão! Ignorou a transparência! E, sem qualquer pudor, ignorou a centralidade do Parlamento.

Por sua vez, os senhores deputados eleitos diretamente pelo círculo eleitoral da ilha das Flores, pelo PSD e pelo PPM – partidos que integram o atual Governo – optaram por compactuar com esta decisão lesiva e penalizadora para a ilha mais afastada, a que vive a periferia dentro da ultraperiferia: as Flores.

**Deputado Francisco César (PS):** E tiveram as consequências disso!

**A Oradora:** Noutros tempos, veríamos aqui um Sr. Deputado do Grupo Ocidental a manifestar a sua indignação perante tal decisão tomada à socapa. Agora temos 3 Deputados a tentar evitar o assunto.

A decisão do Governo Regional de acabar com as viagens marítimas de passageiros para o Grupo Oriental e Ocidental é mais uma mancha na atuação deste Governo. Com esta decisão, PSD, CDS e PPM dão uma machadada na coesão territorial dos Açores.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(\*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mota Borges):**

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Deputado Francisco César (PS):** É desta que vamos ouvir!

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tomei nota das questões colocadas pela Sra. Deputada Alexandra Manes a quem reconheço que tenha a sua razão de aqui serem colocadas, mas para as quais existem respostas suficientemente fortes para clarificar, de alguma forma, aquilo que são as dúvidas que eventualmente possa ter.

Vou começar pelo fim, sobre a questão das Flores.

De facto, é a resposta mais simples, pela razão de que o porto das Lajes não tem condições para que a operação se faça. E não o fazemos apenas porque entendemos que era assim. A consulta foi feita a quem tem experiência na matéria e que, de forma categórica, nos garantiu que enquanto não existirem condições suficientes, quer para navios de natureza dos que frequentavam o porto, quer para outros que esporadicamente o frequentam, seria uma solução a ignorar.

Em segundo lugar, queria referir também que a suspensão da Linha Amarela – esta linha é uma coisa, o transporte marítimo de passageiros é outra, na nossa perspetiva – pela primeira vez, foi da responsabilidade do anterior Governo, por razões associadas às circunstâncias, para eventualmente alocar os recursos direcionados para essa linha a outras atividades mais prementes e urgentes. E, se assim foi, pois foi uma atitude racional que não contestamos, nem ninguém contestou. E, portanto, alocou a funções mais urgentes, recursos que estavam em funções menos urgentes.

Assim sendo, nestas circunstâncias, nós também tínhamos de fazer algumas apostas cuidadosas. Algumas delas, no sentido de parar para pensar e pôr aquilo que são os *players* do transporte marítimo a dialogar entre si, antes de podermos lançar o anunciado, e já referido aqui algumas vezes, estudo sobre o transporte marítimo nas ilhas, fundamentalmente de mercadorias, é verdade, mas que tem uma brecha para eventualmente se analisar a hipótese de fundir também com o transporte de passageiros.

Daí que uma das medidas para que isto não atrasasse muito os ajustamentos no modelo nos Açores, foi a de reduzir o período de concessão de 4 para 2 anos, ficando (é facto!) a possibilidade de haver 1 ano adicional, se as circunstâncias assim o obrigarem.

De facto, nesta altura, também tínhamos que fazer opções. Da mesma maneira que quando se suspendeu a dita Linha Amarela, por razões que, na altura, existiam relacionadas com a eventual necessidade de afetação de recursos a outras funções, nós aqui tomámos opções equivalentes.

Portanto, afetámos recursos à tarifa Açores. E, por alguma razão, fomos buscá-los a uma atividade que, segundo muitas forças regionais, não era uma atividade fundamentalmente de transporte de passageiros, mas sim uma comodidade de verão, que era agradável, que servia e as pessoas muito apreciavam, mas que não era fundamentalmente uma atividade de transporte marítimo de passageiros.

Para além disso, existe uma outra razão que é a seguinte. As ilhas estão distribuídas em 3 grupos, afastados por distâncias significativas entre si. E o navio necessário para ligar grupos é excessivo para ligar as ilhas de cada grupo. Daí que, as ineficiências existentes no passado eram enormes, ao ponto de – segundo dados que consegui obter ontem ou anteontem – o custo dum frete ida e volta por passageiro, seria à volta do dobro do que custa o transporte aéreo.

Portanto, dadas essas diferenças, achamos que é importante que o transporte marítimo se mantenha no radar do nosso Programa, e vai-se manter, mas aquilo que era chamada a Linha Amarela não é, para nós, uma *vaca sagrada*. Mas, sim, o transporte marítimo de passageiros. Ou seja, não sendo naquela configuração, será noutra e oportunamente será dada nota disso mesmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Continuam abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Podemos encerrar o debate, se assim o entenderem.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**(\*) Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente quero começar por agradecer as explicações, ou a tentativa de argumentar esta decisão, e dizer que o Sr. Secretário veio efetivamente confirmar aquilo que eu tinha dito. Foi uma decisão política aquela que foi tomada. E a decisão política é exatamente aquela que vai afetar as ilhas das Flores, a que fica exatamente mais distante e onde as acessibilidades são mais difíceis, e têm uma importância redobrada.

Esta foi uma decisão política deste Governo PSD, CDS, PPM!

Eu até percebo o constrangimento que os Srs. Deputados destes partidos têm em falar disso e assumir publicamente aqui que foram coniventes com esta decisão. Eu não tinha coragem para isso, mas pronto!

Relativamente à obra do porto das Lajes, o Sr. Secretário diz que foi uma suspensão da Linha Amarela, que já tinha vindo do anterior Governo, devido à pandemia. Que era para a alocar a necessidades mais prementes.

Pronto, não tenho nada a dizer em relação a isso. Agora, tenho a dizer é que já estamos a evoluir na pandemia, tal como também já evoluímos na obra do porto das Lajes. E não sei qual foi o técnico que lhe disse aquilo que o senhor referiu. Mas, o facto é que eu estive lá – não sei se o Sr. Secretário esteve recentemente lá ou se costuma ir às Flores ou se vê pelo Google as imagens – e falei com muitas pessoas nas Flores, com técnicos também. E o que me dizem é que provavelmente no próximo verão, já seria possível que estes barcos fizessem o

transporte de pessoas e viaturas, tal como de carga rodada na ponte cais. Realmente não se compreende.

Quanto ao facto da Linha Amarela não ser uma *vaca sagrada*, nós já sabíamos disso. Aliás, está bem patente e bem visível qual será a ilha do futuro. E qual é a ilha que é a *joia* do Governo.

**Vozes de alguns dos Deputados da bancada do PS:** Qual é? É o Corvo?

**A Oradora:** Mas não havia necessidade nenhuma de desconsiderar as outras ilhas! Até porque a ilha que é a *joia* do Governo provavelmente também será afetada por isso.

**Vozes de alguns dos Deputados da bancada do PS:** Qual é? É o Corvo?

**A Oradora:** Porque os passageiros que chegavam às Flores, davam sempre um salto à *joia* e à ilha do futuro.

Portanto, assumam de uma vez por todas que esta foi uma decisão política! A decisão política do Governo Regional do PSD, CDS e PPM para colocar as ilhas das Flores, Sta. Maria e S. Miguel fora do transporte marítimo. E pronto! E aí encerra-se o debate.

Porém, tentar atirar areia para os olhos das pessoas e dissimular aquela que é a verdade, como fizeram nas Flores durante o verão... já para não falar na altura em que esta decisão foi tomada. Ou seja, numa altura em que provavelmente as Flores estaria mais animada com alguma retoma económica, com os voos promocionais da tarifa – quem consegue apanhá-la muito bem, quem não consegue não chega. O que é facto é que eu gostava que o senhor me explicasse como é que grupos de folclore, filarmónicas, as regatas vão chegar, por exemplo, às Flores?!

É que eu não consigo compreender!

Eu até concebo que o boi anão vá na carga dum avião. Mas um carro, desconfio que chegue lá.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Deputado bloquista António Lima)*

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Alexandra Manes acabou de *tocar na ferida*: folclore e filarmónicas!

Era para isso que seria o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas.

Servia para mais: num ano como este em que estamos, tinha servido também para campanha eleitoral, tinha sim senhor!

Carrinhas com velhinhos, tinha sido um caso sério! O verão inteiro. Tinha sido um caso sério. Servia para isso também.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Pago pelas câmaras!

**O Orador:** Claro que era pago pelas câmaras!

Não era pago pelos velhinhos nem pelos donos das carrinhas. Era pago pelas câmaras!

Campanha eleitoral, claramente!

Mas nem é por aí que vou entrar.

As contas da Atlanticoline, porque os números foi uma coisa que nunca soubemos bem, o Sr. Secretário há pouco falou de 120€/passageiro, mais aquilo que o passageiro paga. Houve anos em que os números nem foram esses, foi um bocadinho mais alto do que isso. Poucas viagens houve em que a venda de bilhetes deu para pagar o gasóleo, poucas viagens mesmo - é preciso que se saiba isso lá em casa. E as contas da Atlanticoline o que nos revelam em 2020, ano da suspensão da Linha Amarela por via do Covid, é uma poupança na ordem dos 12 milhões de euros. Ou seja, esta empresa apresenta menos 12

milhões de euros de prejuízo, no ano em que, por via do Covid, o Governo Regional dos Açores do Partido Socialista, suspendeu a Linha Amarela.

Ora, 12 milhões de euros, numa Região paupérrima como a nossa, dava imenso para fazer na saúde e na educação que são dois setores fundamentais para se ver resolvidos os problemas, dos quais nós todas as Sessões vimos aqui falar deles. Mas não. O que a esquerda pretende, é transporte marítimo de passageiros para exportar dinheiro à velocidade dum *enter*, para os gregos – para o senhor Stefano Papadoulos – e para os fornecedores de combustíveis. Isto para já não falar no dinheiro que promove a exportação para os fornecedores de cerveja no continente. Mas isto ainda nos levava...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** A outra conversa!

**O Orador:** a **outra discussão** que tem a ver com **outro problema** que nós também recorrentemente dele aqui falamos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor é um visionário!

**O Orador:** Ora, 12 milhões de euros é um bocado de dinheiro numa Região como esta. Mas se multiplicarmos isso por 20 anos, estaremos a falar de um valor que já tinha dado então para resolver muitíssimos problemas desta Região. E a questão está precisamente aqui, ou seja, em fazermos uma relação custo/benefício.

Eu não tiro, e já o disse aqui, eu próprio fui um grande utente daquele serviço, dava-me imenso jeito, mas isso não retira que se faça uma análise séria do custo/benefício deste serviço.

Um dos principais problemas deste serviço, e sendo um serviço público, foi precisamente o desinvestimento que as empresas de tráfego local fizeram nas suas frotas e nos seus serviços e que culminou no problema da empresa dos barcos do Pico nas Flores e com o estagnar do investimento, por exemplo, no transporte marítimo. Parece/Machado que faz as ligações entre P. Delgada e Vila do Porto. Porque nenhum operador privado no seu perfeito juízo, faz

investimentos na sua frota com um governo que permanentemente diz que vai fazer operação naquela rota. Eu relembro que o Sr. Deputado Tiago Branco naquela mesma tribuna dizia que “era importante investir no transporte marítimo de passageiros, mercadorias e carga rodada”.

Portanto, os armadores que estão lá em casa, ao ouvir estas conversas, o que é dizem? “Pára jogo”, porque o Governo quer investir para fazer concorrência aos investidores privados.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

**O Orador:** E é por isso que, muitas vezes, das alas mais à esquerda se ouve dizer que o liberalismo não funciona.

Quer dizer, eles travam a possibilidade das empresas investirem e depois dizem que as empresas não investem, por isso têm eles (governo) que fazer. Mentira!

O que é preciso fazer, é deixar as empresas trabalharem no mercado como elas pretendem fazer, para servir os açorianos.

*(Apartes inaudíveis dos Deputados Tiago Branco e Miguel Costa)*

**O Orador:** Mais. Aquilo que defende o Partido Socialista no caso do transporte de mercadorias com carga rodada, é reduzir os stocks dos navios de carga para as ilhas mais pequenas, com ligações diretas a Lisboa, porque é isso que vai acontecer. Esta carga passa a sair de S. Miguel e da Terceira para a Graciosa e Vila do Porto, em vez do navio vir diretamente de Lisboa.

É isso que acaba por quererem fazer e não o dizem! Esta é que é a questão!

O Partido Socialista, em matéria de transporte marítimos de mercadorias e passageiros, fez demasiadas experiências nos Açores. Mas nem o seu famoso PIT (plano integrado de transportes) conseguiu executar!

Portanto, não vai dar lições agora a quem andou aqui a pensar este tempo todo como é que ia fazer diferente!

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor pensou?

**O Orador:** Pensei sim senhor!

O Partido Socialista pensou, mas nem sequer conseguiu executar aquilo que pensou! Até porque não é fácil.

É fácil pôr no papel como é que se faz, mas depois, executar, é como dizia um professor meu na universidade, “na prática, a teoria é outra”.

**Deputada Andreia Costa (PS):** É, é!

**O Orador:** Mas é que é mesmo outra!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Ah afinal vai falar!

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, peço a sua compreensão, Sr. Presidente, mas não resisto a responder a um aparte do Sr. Deputado Francisco César.

Sobre as consequências eleitorais, naturalmente a derrota do ato eleitoral do Município das Lajes é minha. Mas eu não me sinto um perdedor, porque um perdedor é aquele que não luta. É aquele que não vai atrás das suas convicções.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção o que disse a Sra. Deputada Patrícia Manes acabou de proferir. E a primeira coisa que nós devemos ter, relativamente a este assunto e outros, é sempre uma análise séria. Uma análise que seja responsável do ponto

de vista dos custos para o contribuinte, mas que seja também eficiente, no que concerne os benefícios para estes mesmos contribuintes.

Aquilo que se passa nas Flores, a realidade deste ano e do ano passado, infelizmente, é uma realidade diferente daquela que houve. É uma realidade condicionada por uma infraestrutura destruída – este é o primeiro aspeto. Mas, Sra. Deputada, para além disso, temos que ser práticos e muito objetivos na análise que fazemos.

Este ano de 2021, tivemos mais ou menos turistas nas Flores, do que aqueles que havia quando tínhamos o transporte marítimo de passageiros?

É essa a resposta que tem que ser dada.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Responda a essa pergunta!

**Deputado Francisco César (PS):** É já a seguir!

**O Orador:** Nós tivemos mais turistas este ano.

Só para ter uma ideia, Sra. Deputada, no mês de julho desembarcaram nas Flores 13.624 passageiros. Sendo que o dia com maior número de passageiros rondou os 600.

Portanto, é essa análise e é com base nestes números que a senhora tem que fazer a sua apreciação.

Mais, Sra. Deputada: eu gostava que me dissesse quais foram os números de passageiros desembarcados, via marítima, nas Flores, nos últimos anos? E qual foi o impacto que esses passageiros tiveram na ilha das Flores, enquanto turistas?

**Deputados Gustavo Alves (PPM) e Carlos Freitas (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** É essa resposta que a senhora tem que dar e perceber qual é o custo que isso tem para todos os contribuintes.

Somos todos contribuintes, Sra. Deputada.

Também gostava de colocar-lhe mais uma questão: acusou este Governo de, “sem estudar, suspender”. Sem estudar, não continuar a fazer aquilo que estava a fazer.

Ó Sra. Deputada, porque é que não questionou porque é que não se estudou o que se estava a fazer?!

O que se estava a fazer era claramente algo que não estava a ser eficiente. E os estudos servem para “se fazer” e não para “deixar de fazer”.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** É a sua opinião!

**O Orador:** Portanto, Sra. Deputada, quando vem aqui exigir que este Governo não deva suspender as frequências do transporte marítimo, porque ainda não estudou o assunto, tem é que defender que vamos estudar para saber qual é o modelo mais eficiente, mais capaz e mais barato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Miguel Costa.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que era importante centrar o debate e perceber qual é a posição do PSD sobre esta matéria. Eu percebo que não seja fácil, mas conviria perceber qual é. No que diz respeito a esta matéria, o PSD tem um passado comprometedor. Todos nós sabemos, aliás foi o PSD que há uns anos atrás, acabou com o transporte marítimo de passageiros e, portanto, percebe-se esse incómodo, até já reconhecido por muitos sociais-democratas.

Julgávamos nós que isso já era um passado muito longínquo. Mas o que efetivamente se constatou foi que, num passado muito recente – recorde que foi em plena campanha eleitoral para as regionais – o então candidato a Presidente do Governo por parte do PSD, no Grupo Ocidental, dizia o seguinte: “o combate ao isolamento das ilhas mais pequenas, deve ser feito com uma política reformista ao nível do transporte marítimo”.

Pois não foram precisos muitos meses para fazer exatamente o contrário do que disse então.

Mais. O PSD além de prometer, escrever e apregoar uma coisa e fazer o seu contrário, é o mesmo PSD que, no ano passado, há uns meses atrás, dizia: “é injustificável e inaceitável que a retoma do transporte marítimo sazonal não tenha em consideração ilhas como S. Miguel, Sta. Maria e Graciosa (tinham se esquecido das Flores). Isto foi escrito em requerimento entregue nesta Casa.

Mais. Diziam mesmo que era “inadmissível deixar ilhas de fora, porque seriam muito prejudicadas na sua economia”. Isto foi escrito há poucos dias atrás.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Quanto é que custavam as viagens aéreas nessa altura?

**O Orador:** Afinal como é que se pode entender este PSD?

Mais ainda. Este mesmo PSD, em comunicados seguidos, apelidava a administração da Atlanticoline, que por curiosidade é ainda a mesma que ainda se encontra em funções, de “incompetente e amadora”, pelo facto de ter havido atrasos na chegada dum navio para época sazonal.

Ninguém consegue entender este PSD.

O navio chegou, uns dias depois, mas chegou. E agora, não vem navio nenhum, deixa-se S. Miguel, Sta. Maria e Flores atrás, desligando o arquipélago e a economia de todas as ilhas do maior mercado que é S. Miguel, e o PSD já acha que é tudo normal.

Tenham dó, porque é difícil perceber este PSD!

Mas mais. Imagine-se, o próprio Deputado do PSD eleito pela ilha das Flores, em debate autárquico há uns dias atrás, disse que “não havia mal nenhum, eram só 2 ou 3 anos” que não haveria transporte sazonal.

Realmente para si, Sr. Deputado, e se calhar só para si e para este PSD, pode-se suspender durante 3 anos a coesão regional! Para o PS não!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Mas temos mais. Quando vimos um Governo, após duas ou três tentativas de esclarecimentos – tal era a contestação! – para atenuar a sua má decisão, só se atrapalhou ainda mais.

Dou dois exemplos. Quando se fala no porto das Lajes das Flores, decorre, neste momento, a obra da ponte-cais que inclui a construção duma rampa *ro-ro*, exatamente para retomar este serviço de transporte marítimo de passageiros, mercadorias e viaturas. Até porque é uma solução adicional para o caso de ser necessário transportar carga rodada, caso o transporte regular não possa operar. E, nesse sentido, com o avanço que a obra tem, é muito expectável que já no próximo verão a rampa *ro-ro* esteja completamente operacional. E mesmo que não estivesse, é tão simples como... contratar um navio com rampa lateral.

Portanto, não há qualquer justificação para este adiamento. E, tal como diz o Sr. Secretário Bastos e Silva, essa desculpa *não cola*.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Ainda outro exemplo.

Na tentativa atabalhoada de corrigir este mal, vem o Governo anunciar que o navio Thor, adaptado a carga para a ilha do Corvo, iria agora ser adaptado a passageiros. Pois, até hoje, não transportou um único passageiro, até porque não tem o seu licenciamento aprovado. E o Sr. Secretário deve saber melhor do que ninguém, que não é um licenciamento fácil, porque é preciso passar de carga

mista para passageiros, com todas as implicações que isso tem e a DGRM já o deve ter alertado para isso mesmo.

Portanto, concluindo, este modelo que os senhores preconizaram não é mau...é péssimo!

As desculpas foram ainda piores. E as tentativas de remendagem foi aquilo que se viu.

Se não mudarem – e aqui tenho pena que o Sr. Vice-Presidente não tenha tomado a mesma posição que tomou sobre as obrigações de serviço público aéreo, porque se tivesse feito o mesmo, se calhar esta discussão seria diferente – ficarão para a história como os obreiros de um dos maiores ataques à coesão regional.

**Vozes de alguns dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós somos confrontados, ou o Governo é confrontado com uma interpelação sobre transportes vinda do Partido Socialista, com toda a legitimidade, mas que é exatamente o setor que, durante 24 anos, mais fracassou na sua governação. Mas é legítimo. E não retira nada à questão.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Mas numa forma transparente, há que dizer que se o concurso e o caderno de encargos de Obrigações de Serviço Público tivessem sido abertos como foram ao longo dos últimos anos, o que é teria acontecido nas contas da Região? Qual foi o impacto desse contrato?

O próprio Partido Socialista e o seu Governo quiseram acabar com esse tipo de solução, através da aquisição de um navio. E esse foi um processo que falhou ao longo de 10 anos. Recordamos o Atlântida, o concurso subsequente que foi anulado e ainda recordamos o concurso que foi anulado em 2020, com a justificação do Covid. Não sabemos se foi ou se não foi. A verdade é que havia dúvidas, do ponto de vista técnico, relativamente à eficácia e à eficiência numa operação com o navio, pelos custos que resultariam dessa operação.

Na verdade, neste momento, o que o Governo faz é excluir S. Miguel, Sta. Maria e Flores. Em relação a esta última, penso que é uma questão perfeitamente justificável, pela situação da operacionalidade do porto. Quanto à questão de S. Miguel e Terceira, tem que ser analisado por aquilo que são os custos da operação. E não nos podemos esquecer que em 2019, por exemplo, o último ano em que funcionou o aluguer de navios, que esse aluguer teve um custo de 7.1 milhões de euros. E que tal como já disse o Sr. Deputado Nuno Barata disse, os combustíveis utilizados nesses dois navios, custou 1.5 milhão de euros.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Os aviões são movidos a quê?

**O Orador:** Portanto, estamos a falar de 9 milhões de euros entre combustíveis e o aluguer dos navios que, com mais alguns custos que são à conta da Atlanticoline nesse processo de aluguer de navios, dá 10 milhões de euros.

A verdade é que dos 169 mil passageiros transportados pela Linha Amarela em 2019, o último ano da operação que até decresceu relativamente ao ano anterior, nesse conjunto, S. Miguel teve cerca de 10 mil passageiros com Sta. Maria; S. Miguel/Terceira cerca de 7 mil passageiros; e Faial/Flores cerca de 1700 passageiros.

Mas isto são dados tirados do SREA que, admito, possam ser mais afinados. Só que não encontrei no relatório da Atlanticoline esses dados com todo o rigor. Ou seja, o não fretamento de navios nos próximos 2 anos, significa que apenas uma parte daquilo que foi uma parte dos passageiros transportados pela Linha Amarela, fica impedida. Mas também temos que pôr na equação a questão da tarifa Açores numa forma muito clara. Isto é, aquilo que era a filosofia da Linha Amarela, muda quando nós temos a tarifa Açores a 60 euros e, sobretudo, pelo impacto que já deu provas no atual período de verão que agora termina e na época alta.

Portanto, relativamente a Sta. Maria, o Governo diz que não exclui essa possibilidade, nem a possibilidade entre S. Miguel e Terceira, nem entre o Faial e as Flores.

O que diz é que tem que o assunto tem que ser estudado. E nós aceitamos isso. Aceitamos que é um argumento válido, exatamente porque os custos envolvidos no fretamento do navio que seria a solução para os próximos 2 anos, teria um encargo anual de cerca de 10 milhões de euros e que, neste momento, essa questão tem que ser estudada com fundamento. Tal qual como o Governo anterior também optou pela aquisição de navios, porque achava que os custos eram insuportáveis. Mas manteve a linha que, agora com a tarifa Açores, se traduz num prejuízo bastante menor.

Em resumo, entrando nesta questão numa forma séria, é importante que se estude o assunto, e aí estamos todos de acordo. Ou então, a alternativa seria o quê? Manter tudo como estava com um custo anual de 10 milhões de euros.

O que entendemos é que, existindo a tarifa Açores, faz sentido que essas ilhas que ficarão fora nos próximos 2 anos, vejam os prejuízos minimizados da eventual vantagem do transporte marítimo de passageiros e da carga rodada, mas que durante esse tempo se faça um estudo e se chegue a uma conclusão que seja eficiente e economicamente viável para aquilo que é o interesse dos contribuintes.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

**(\*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mota Borges):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Duma forma simples e rápida, queria dar resposta às questões recolocadas pela Sra. Deputada Alexandra Manes, relativamente às Flores e aos efeitos que possam ter existido pelo facto de se ter optado por cancelar a Linha Amarela.

Nós antes de tomarmos decisões sobre esta questão, ponderámos sempre duas coisas: a primeira tem a ver com as consequências da introdução da tarifa Açores, naquilo que era a movimentação e, depois, de alguma forma, a medição nos dois pontos mais tocados – a ilha das Flores e a de Sta. Maria – daquilo que era a perceção que as pessoas tinham em relação à modificação dos padrões que estavam a acontecer.

De facto, da nossa parte, o que nós prestámos atenção foi às questões da mobilidade, antes das questões do transporte aéreo ou marítimo.

O transporte aéreo e o marítimo têm configurações diferentes, consoante os sítios onde se integram. Logo, uma coisa é ligar grupos, outra coisa é ligar ilhas. Mas, antes disso, nós queríamos ter a certeza que, de facto, a evolução que estávamos a prever, no sentido de aumentar a mobilidade aérea, não traria consequências negativas genéricas para as ilhas que eram mais afetadas pela mobilidade marítima.

Daí que, para nós, a questão da mobilidade é a mais importante. E chegámos à conclusão de que, na ilha de Sta. Maria, a mudança do padrão foi altamente aplaudida pelas instituições que nós contactámos.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Mentira! Não é verdade o que o Sr. Secretário diz!

**O Orador:** É verdade sim senhor.

Não contactámos consigo e pode dizer o que quiser, mas esta foi realmente a opinião que obtivemos, publicámos e os nossos interlocutores publicaram também exatamente nesse sentido.

Relativamente às Flores há aqui deputados que conhecem bem a realidade, tendo já manifestado há pouco e, de facto, o impacto que aconteceu com a mudança do padrão foi extremamente positivo para aquela ilha.

Por último, foi falado aqui também que havia algum contrasenso relativamente à política reformista.

Ora bem, política reformista é uma coisa. E política despesista é outra.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e Membros do Governo:**  
Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** E nós sabemos que peso teve no passado a operação da Linha Amarela para a empresa que a suportava. E, das duas uma, ou esse peso é

suportado pelo Governo Regional com um contributo anual, ou é acumulado no passivo da empresa.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Santa Maria tem um peso especial, a ilha das Flores tem um peso especial! Está -se mesmo a ver!

**O Orador:** E, portanto, caso no futuro eventualmente ganhe a mesma, nós não queríamos que venhamos a ter situações semelhantes à que chegou a Portos dos Açores (44 milhões de euros de prejuízo), ou a SATA. Logo, temos que fazer aquilo que é necessário para que, o que é oferecido, seja compatível com as nossas capacidades financeiras para suportar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Permita-me que lhe diga que a sua atuação e a do Governo, durante este processo, foi uma autêntica trapalhada.

Foi uma trapalhada por vários motivos, sendo que o primeiro é que o seu Governo, e o Sr. Secretário em particular, alteraram o sistema de mobilidade na Região, em particular o sistema de transporte marítimo de passageiros, totalmente sem – em primeiro lugar – consultar ou estudar as consequências do mesmo. E se há dúvidas sobre aquilo que eu posso estar aqui a dizer, a resposta a esta dúvida é o facto do Sr. Secretário numa entrevista dizer que “vamos agora estudar o modelo que deve ser seguido”. E, portanto, é o Secretário que é o próprio a admitir que primeiro extinguiu e depois estudou.

Isto parece-me que é um mau princípio.

O segundo princípio é que o Sr. secretário extingue uma operação de transporte marítimo de passageiros, sem falar com ninguém. Sem falar com ninguém!

Sem falar com o Parlamento, mas isso já é habitual, aliás é mais habitual ter informação sua de entrevistas que dá ao Açoriano Oriental, do que conseguir aqui uma resposta sua. Mas, pronto, adiante, porque já sabemos com o que é que contamos. Mas não falou com Câmaras do Comércio. Não falou com Concelhos de Ilha. Não falou com autarcas. Mas extinga-se. Foi esse o método que o Sr. Secretário e o seu Governo tiveram no final do transporte marítimo de passageiros nos Açores. E isto é algo que o Governo deve assumir. Extinguiu sem perguntar. Terminou sem estudar.

Outro ponto, tem a ver com a argumentação que é usada e que me parece que é agora muito usual neste Parlamento: os números. Tudo tem a ver com a viabilidade económica. Extinguimos... porque era caro. Porque era um peso muito grande para os contribuintes.

Ó Srs. Deputados, em que terra é que os senhores vivem?!

**Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego**

*(Duarte Freitas):* Numa terra que tem um enorme buraco na Sata!

**O Orador:** O princípio da coesão regional, está baseado na redistribuição de que aqueles que têm mais, das ilhas que têm mais, devem dar um bocadinho do que têm para ajudar aqueles que têm menos!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Este é o princípio da coesão regional.

Este é o princípio que o Partido Socialista defendeu e defende.

Porque se nós resumirmos tudo a números... bom, extinga-se a SATA, extinga-se a operação de transporte aéreo inter-ilhas, não se faça portos no Corvo, por

exemplo, que foi uma operação caríssima, mas justificada, porque antes dos números estão as pessoas!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O porto das Flores, com os custos que tem, é justificado, porque antes dos números e do orçamento, estão as pessoas. Aliás, que coerência é que têm os senhores em preocuparem-se com os números, quando à primeira oportunidade na composição do Governo, têm o governo mais caro da história da Autonomia?!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Outro argumento tem a ver com o que dizia o Sr. Presidente do Governo.

“O isolamento não pode ser uma constante da vida para as ilhas mais pequenas. Na própria mobilidade das pessoas.

**Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas):** Essa candidatura está a ser bem preparada!

**O Orador:** “Nós não podemos limitar a mobilidade das pessoas”. E vêm os senhores, vem o Governo Regional a esta Câmara dizer que a tarifa Açores iria resolver.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Quantos passageiros é que tivemos a mais na Sata?

**O Orador:** Vamos primeiro resolver a questão da tarifa Açores.

O Partido Socialista não é contra a tarifa Açores.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Cá nada!

**O Orador:** O Partido Socialista gostava que ela resultasse e espera que ela resulte!

Poderia haver outras formas, mas o Partido Socialista gosta que as medidas que servem os açorianos resultem.

**Deputado João Vasco Costa:** Exatamente!

**O Orador:** Mas há algo mais importante que isto. É que, olhemos para Sta. Maria por exemplo, onde em 2019, só em julho e agosto, foram transportados para aquela ilha, por via marítima, 6 mil passageiros. E não estou sequer a falar de carga que, entretanto, foi transportada ou de automóveis, porque como o Sr. Secretário bem sabe, não dá para meter um automóvel dentro dum avião da SATA.

O Sr. Secretário sabe quantos passageiros foram transportados, em julho e agosto, a mais em relação a 2019? - eu tive o cuidado de fazer as contas. Foram perto de 500 passageiros.

O senhor sabe quantos passageiros é que tivemos a menos no âmbito do transporte marítimo de passageiros? Menos 6 mil.

Portanto, o Sr. Secretário não pode, em momento algum, vir a esta Câmara dizer que uma coisa resolve a outra.

Não é possível pôr os aviões a substituir o transporte marítimo. E o senhor sabe tão bem disto que, à primeira oportunidade, deu uma entrevista a dizer “bom, para as Flores, nós vamos adaptar o navio para poder levar passageiros”. E até diz que vamos comprar um.

Portanto, até mesmo a questão da coerência aqui não se coloca.

Há algo que nós sabemos em relação ao transporte marítimo de passageiros:

1º - os senhores extinguiram o serviço sem estudar e as consequências estão à vista.

2º - As consequências estão a ser danosas para o arquipélago. Há ilhas que estão fora de 50% do mercado, como Sta. Maria. E S. Miguel que não tem acesso a essa ilha nem ao Grupo Central. O Grupo Ocidental está isolado.

Bem sei que há a questão do porto das Lajes, mas ele estará pronto em breve.

O facto é que o Sr. Secretário, durante 3 anos (pelo menos), hipotecou a hipótese de haver transporte marítimo de passageiros e com isto beneficiar as ilhas com milhares e milhares de passageiros que não conseguem ser transportados por avião.

**Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego**

*(Duarte Freitas):* Quem são os passageiros?

**O Orador:** Por último, Sr. Secretário, esta opção do senhor e do Governo, é algo que é danoso para a Região e, sobretudo, contraria aquilo que os senhores tanto apregoaram e que é a questão da coesão regional.

Esta não é uma discussão sobre o passado ou sobre o presente. É, sobretudo, uma discussão sobre o futuro da nossa terra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos às 12h05.

*Eram 11 horas e 41 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade a esta interpelação.

*Eram 12 horas e 11 minutos.*

Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Furtado a quem dou a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A interpelação em discussão neste momento, poderá ter tido como motivo distrair ou fazer um *seguro de vida* dos resultados eleitorais de domingo passado, ao fim e ao cabo, acabou por ser algo que, não tivesse sido salvo pela Deputada Alexandra Manes, e *morria na praia*. Ou seja, a Sra. Deputada teve o

mérito de reacender o debate que esteve quase a morrer, passado três ou quatro intervenções.

Passando à frente deste aparte, devo dizer que acho que a nossa Região durante muitos anos foi gerida numa base do *não é por aí*.

*Não é por aí* os milhões de prejuízo da SATA.

*Não é por aí* os milhões de prejuízo da Atlanticoline.

Também *não é por aí* os milhões de prejuízo da Sinaga, nem da Saudaçor, nem da Azorina. Nada era por aí.

O que é certo é que a imagem que isso dá aos pais e às mães de família desta terra, e que é muito ingrato, é dizer aos filhos que a nossa terra é gerida na base do *não é por aí*. E, depois, os nossos filhos também começam a pensar que o seu futuro também *não é por aí*. E vão fazer percursos de vida para outros sítios, para outras paragens, porque percebem que afinal a terra deles tem sido gerida na base do *não é por aí*.

Falou-se aqui de transportes marítimos, os quais tinham sido retirados a algumas ilhas, sendo que isso era um caso quase de *lesa-pátria*. Mas, convenhamos, se os transportes, na forma possível, foram substituídos pelos transportes aéreos, a generalidade dos açorianos agradece. Desde logo, pela celeridade desses mesmos transportes. Agradece, também, pelo facto de que se esses transportes vão custar menos dinheiro à nossa Região, porque temos já um parque de aeronaves que nos permite fazer um reforço de ligações aéreas – prova disso foi o reforço de ligações aéreas para o Pico – com o objetivo de fazer face às necessidades e solicitações em termos de transportes aéreos, a verdade é que poderemos estar aqui na presença dum não assunto. E é bom que isto seja visto como tal, tanto mais que, aquela que é a decisão deste Governo relativamente a esta questão, não é nem nunca poderá ser encarada numa forma estanque e irreversível.

Portanto, haverá tempo com certeza para tomar iniciativas mais assertivas, mais rigorosas do ponto de vista financeiro, pois o que é certo é que, na Região do até agora *não é por aí*, não nos é permitido atualmente, mesmo com os anunciados dinheiros do PRR ao qual alguns gostam de chamar *Bazuca*, mas eu não gosto de chamar isso, porque o adjetivo em si, no meu entender, já transmite o que é que as pessoas entendem sobre essa dita *bazuca*, que para mim é um PRR. Mas a chegada desse dinheiro não pode ser argumento seguramente para continuarmos nas políticas do *não é por aí*.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Os senhores estão em concorrência?!

**(\*) Deputado José Pacheco (CH):** É a vida!

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PS e da Deputada Alexandra Manes)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Vasco Cordeiro não quer dizer nada?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Como assim?

**O Orador:** É que o Sr. Deputado costuma fazer uns apartes nesta altura.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não tenho nada para dizer!

**O Orador:** Muito bem, sim senhor.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um assunto sério, por uma razão muito simples, somos 9 ilhas divididas por mar. Tão simples quanto isso.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Ora aí está!

**O Orador:** Um assunto tão sério que há bocado ao ouvir uma intervenção da parte do Partido Socialista, veio-me à memória uma imagem grotesca do Titanic a afundar e a orquestra sempre a tocar.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Eu tenho a imagem doutra coisa.

**O Orador:** E assim foi durante 24 anos. E assim é a lógica.

Nós temos dois problemas. Um penso que já está minimizado, talvez não resolvido, e que é o transporte de passageiros. Com a tarifa Açores realmente começamos a ter aqui uma solução sobre a qual temos que refletir sobre se é a mais eficaz, e se irá salvaguardar todas as ilhas.

Por outro lado, temos o problema do transporte de mercadorias, que é um problema muito mais complexo. Mas também nunca houve um entendimento de que este transporte teria que ser levado a sério. E quando se diz transporte de mercadorias, entende-se que não há de ser só marítimo, mas sim e até o aéreo.

O meu pai ensinou-me uma coisa: nós somos compramos aquilo que temos dinheiro para comprar. E é muito importante perguntar aos açorianos o que é que precisam e o que é que querem, para não ouvir os disparates que já ouvi, de que tínhamos que ter um barco para uma pessoa vir a uma consulta médica de Sta. Maria a S. Miguel. Isto não é verdade. Nós temos um avião que são umas coisinhas com asas, para quem não sabe, que é muito mais rápido e barato para os açorianos e para o utilizador.

Esta é uma defesa que o CHEGA tem feito desde há 1 ano e tal a esta parte.

O transporte aéreo pode ser um dinamizador da nossa economia e do turismo durante todo o ano. Os *barquinhos* de passageiros funcionavam uns *mesinhos* no ano e davam muito jeito às câmaras municipais para passear os velhinhos e terem depois a cruzinha no quadradinho e na urna. Isto aconteceu e eu vi isto

acontecer. Ou seja, pagar por barcos largos milhões que depois não servem todos os açorianos com eficácia, apresentando uma fatura muito pesada, não contem comigo.

Para termos mais aviões, contem comigo.

Termos o transporte de mercadorias para os extremos, contem comigo.

Não contem comigo para a demagogia feita com a vida e o dinheiro dos açorianos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava a ouvir atentamente a intervenção do Sr. Deputado Francisco César, como sempre faço aliás, e olhei para ele e para o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, uma e outra vez, e perguntava-me: será que eu estou enganado, ou este Partido Socialista não é o mesmo que assumiu a condução dos destinos da Região Autónoma dos Açores nos últimos 24 anos?

Será que eu estou enganado?! Ou este não é o Partido Socialista que, nos últimos 24 anos, não atinou sequer com a compra dum barco?!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**O Orador:** Será que eu estou enganado, ou este não é mesmo o Partido Socialista que deixou um legado de 400 milhões de euros à nossa companhia aérea SATA?!

Não será este o mesmo Partido Socialista que, em nome da alegada coesão territorial, vaticinou que as *low cost* eram absolutamente impraticáveis nos Açores e que afundavam a companhia aérea SATA?!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Não é este o Partido Socialista que ainda o ano passado dizia *cobras e lagartos* da tarifa Açores, dizendo que não era bem assim?!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Lançando a confusão porque era preciso somar as taxas aeroportuárias, transformando-a em algo que era absolutamente impraticável?! Não é este o mesmo Partido Socialista que, ao longo de 24 anos, não estudou sequer um modelo de transportes marítimos e aéreos para os Açores?! Que manteve, durante 24 anos, uma *navegação à vista*?! Casuística, de verão a verão! Sem ter um planeamento de médio e longo prazo.

E os senhores estão agora a apontar o dedo a um Governo Regional que tem 10 meses de vida?! 10 meses. Com um plano e orçamento que foi aprovado há cerca de 3 meses. E estão a exigir e a criticar que este Governo teve a sensatez de algo que o Partido Socialista, enquanto foi governo dos Açores, nunca teve!

**Parar para pensar!**

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Parar para pensar, sobretudo, quando temos uma tarifa Açores que tem sido um polo e um elo de ligação dos açorianos nos Açores.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito bem!

**O Orador:** É esta tarifa Açores que permite manter esta mobilidade essencial, enquanto paramos para pensar. Enquanto paramos de despejar milhões de euros borda fora dos navios da Atlanticoline, sem termos um planeamento eficaz e eficiente de transporte marítimo de passageiros e de carga nos Açores.

Como tal, muito bem fez este Governo Regional da coligação governativa. Fez muito bem, porque está precisamente a transmitir a este plenário que, a médio prazo, vamos ter uma solução condigna para esta situação, porque o paradigma mudou. Os açorianos, hoje, têm uma alternativa mais rápida e mais cómoda do que viajar de barco, e a 60 euros – repito – a 60 euros!

Quando, por exemplo, a tarifa nos barcos da Atlanticoline, a preços de 2019, era de 60 euros de S. Miguel para Sta. Maria; 80 euros do Faial para as Flores; e 100 euros Sta. Maria para a Terceira.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** É verdade!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** E é nesta medida, reiterando a ausência do tal estudo que agora, de forma angelical, o Partido Socialista manda o Governo fazer, quando durante 24 anos não abriram sequer o Manual básico dos transportes, não estudaram, não implementaram nem concretizaram um único modelo. E mais, quando vêm falar de coesão territorial, é bom lembrar que quem implementou um subsídio de mobilidade aos açorianos, foi Pedro Passos Coelho; um subsídio de mobilidade que permitiu que os açorianos pudessem viajar para Lisboa a 134 euros.

Recordam-se o que é que disse António Costa?

António Costa fez um violento combate a este subsídio de mobilidade, alegando que o Estado não podia pagar desmandos desta situação de mobilidade. O que

também provocou alguma reação por parte do Partido Socialista. Isto foi em 2018 – tenho aqui tudo documentado.

Portanto, quando se fala do arauto da coesão territorial e social, é preciso também ter em conta que, nestes 24 anos, o Partido Socialista fez aquilo que disse Frei Tomás: “Faz o que eu digo, não faças o que eu faço”, porque nunca o PS fez algo de concreto e planeado em função disso.

Mais. O Partido Socialista – era o Sr. Deputado Vasco Cordeiro Secretário Regional da Economia – anulou o concurso e a compra do navio Atlantida, que era importante para esta mobilidade.

**Deputado Tiago Branco (PS):** E bem!

**O Orador:** Ou seja, mais uma vez, avançou e recuou e não apresentou alternativa. E, como disse e muito bem o Sr. Deputado Nuno Barata...

**Deputado João Vasco da Costa (PS):** Muito mau!

**O Orador:** ...a alternativa foi continua a encher os bolsos do Sr. Stefano com os barcos alugados, casuisticamente, à vontade do freguês, neste caso, à vontade do Governo Regional.

Portanto, é preciso, duma forma serena e correta, dar a possibilidade a este Governo Regional dos Açores, que tem apenas 10 meses, de estudar e apresentar um modelo eficaz e eficiente aos para os transportes marítimos dos Açores.

**Deputado Francisco César (PS):** O Governo é que quer fazer!

**O Orador:** Em 24 anos, V. Exas. não foram capazes de fazer rigorosamente nada nesse aspeto!

Pelo menos deem a oportunidade deste Governo apresentar o seu trabalho.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(\*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, acrescentar alguns factos que remontam a 2017, para não ir mais atrás...

**Deputado Francisco César (PS):** O problema não é o passado! O problema é que não há futuro!

**O Orador:** O problema está em quem estava no Governo e fez um contrato muito atabalhado em relação ao transporte marítimo sazonal. Foram contratados dois navios (não convencionais) de alumínio, catamarãs, que gastam muito combustível, sendo que não conseguiram encontrar nenhum outro para o lugar do Master jet ou Mega Jet, vieram esses dois navios, em que a tripulação que lá trabalhava não tinha condições nenhuma, contra a Maritime Labour Convention, 2006 – as leis do trabalho que o Bloco de Esquerda também gosta muito de defender...

**Deputada Alexandra Manes (BE):** E defende!

**O Orador:** ...nesse navio não havia camarotes, ou casas de banho.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E o Thor?

**O Orador:** Isso não tem nada a ver. Mas eu já lhe respondo depois!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Estamos aqui a falar de transporte marítimo sazonal. Não estamos a falar de carga marítima.

Mas voltando atrás, naquele navio não havia camarotes.

Então onde estavam a dormir os tripulantes? Estavam a dormir em colchões em sítios inventados, atrás da ponte de comando, em que Maritime Labour Convention diz que é preciso trabalhar umas horas e descansar outras.

Essas pessoas estavam a dormir **em colchões no chão do navio!**

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** A comida que essas pessoas tinham era de *catering*, quando o navio chegava a terra e vinha a comida para bordo, porque não havia cozinheiro, não havia cozinha nem nada que se pareça. Isto foi a campanha de 2017.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Onde estava o PPM nessa altura?!

**O Orador:** E agora?

Esta é uma questão que queria colocar ao Sr. Secretário, para ver se consegue esclarecer os açorianos, sobre o facto de, em 2019, também correu mal a operação com o Azores Express que até foi remodelado, alterado – acho que pago pela Região – e ao fim e ao cabo, o armador cessou o contrato.

Gostava de saber se o Secretário Regional dos Transportes me consegue dizer se a Região foi ou não ressarcida do valor do investimento que fez nesse navio?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Outra questão que queria colocar ao Sr. Secretário Regional, no âmbito da intervenção da Sra. Deputada Alexandra Manes, era saber qual foi a ocupação da Linha Amarela, durante todos estes anos, tendo em conta que nos relatórios da Atlanticoline está referido que ela abrange 8 ilhas. Gostava, então, de saber, para a ilha das Flores, qual foi a ocupação de passageiros e dos automóveis dos navios que lá aportaram?

Para quê? Para justificar que a Sra. Deputada Alexandra Manes está a fazer demagogia com este assunto...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** ...porque isto não justifica o aumento da economia da ilha.

É preciso voltar a estudar este assunto!

Levante-se e diga-me se é justificável essas centenas de pessoas?! E se é comparável com milhares de pessoas que lá foram através da tarifa Açores?!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Volto a referir que houve grandes ilegalidades em 2017 com o contrato dos navios Master Jet e Mega Jet, em que os seus tripulantes estavam a dormir em colchões, no chão e a comer comida que vinha de terra. E faziam horas desde S. Miguel até ao Grupo Central...

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Mas, então, onde é que estava o PPM nessa altura?! Isso o senhor não diz!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não estamos a discutir os direitos dos trabalhadores!

**O Orador:** E isso foram ilegalidades muito graves!

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(\*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mota Borges*):

Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, colegas Membros do Governo:

Antes de responder ao Sr. Deputado Gustavo Alves, eu queria voltar a tocar num assunto que foi aqui afluído e que diz respeito à inclusão no Plano do Governo da política reformista no domínio dos transportes.

É preciso que não se confunda política reformista com política despesista. Ou seja, nós temos uma Região que tem limitações de recursos para a aplicação na melhoria das suas condições de vida e, portanto, como já expliquei há pouco, a nossa visão sobre as comodidades de verão que certo tipo de transporte marítimo pode dar, tem o seu valor, mas tem a sua escala e a sua posição.

Eu volto a referir que a despesa anual que era imputada a este tipo de transporte marítimo, que continha uma grande componente de comodidades de verão, e que andava entre os 10 e os 12 milhões de euros/ano, não é entendível pela população açoriana de forma fácil, tanto mais que existem nos Açores necessidades de aplicação d recursos que são doutra escala que não propriamente este tipo de comodidades.

**Deputado Carlos Silva** (*PS*): Então quer comprar um navio porquê?

**O Orador:** Elas são importantes, mas têm a sua posição.

Portanto, assumir que é razoável aceitar a aplicação de 10 milhões de euros todos os anos neste tipo de transporte, pareceu-nos ser excessivo, sendo que o orçamento regional tem dificuldades em acomodar um volume desta dimensão. E a Atlanticoline que esteve na operação até agora, terá uma trajetória que queremos evitar – se ela for a adjudicatária – e que é a de derrapar para uma situação semelhante a que chegou a Portos dos Açores ou a SATA.

Por isso, política reformista, sim. Mas política despesista, não.

**Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego** (*Duarte Freitas*): Muito bem!

**O Orador:** Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Gustavo Alves, não lhe consigo dar resposta á primeira pergunta. Mas à segunda consigo lhe transmitir que a taxa média de ocupação dos navios da Linha Amarela andava na ordem dos 30%.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Das Flores?

**O Orador:** Das Flores não tenho. Mas, em termos genéricos, são 30%, cuja maior procura concentrada num mês e meio, sendo que nos restantes meses o navio andava, tal como já foi dito aqui, a consumir gasóleo, sem nenhuma consequência significativa em termos de promoção de mobilidade de passageiros.

Relativamente ao que foi aqui focado sobre a suspensão definitiva da Linha Amarela, devo dizer que é um facto que já passou e nós continuamos com a nossa atenção na mobilidade e no transporte marítimo. Vamos estudar, e estamos com esse trabalho em mãos, soluções alternativas que se adequem à capacidade que a Região tem de suportar esse serviço e àquilo que é um efetivo serviço à população açoriana. E não apenas comodidades de verão.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(\*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, e porque esta é a minha primeira intervenção depois das eleições autárquicas, gostaria de congratular todos os autarcas eleitos nas últimas

eleições autárquicas e, me especial, a Deputada Bárbara Chaves pela eleição para a Câmara Municipal de Vila do Porto.

Relativamente à questão dos transportes marítimos, não é verdade dizer que o PSD não se pronunciou sobre este assunto. O PSD pronunciou-se.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** A Sra. Deputada pronunciou-se.

**A Oradora:** Fez um requerimento que teve resposta da parte do Governo, respostas estas que têm sido dadas também agora neste debate e, portanto, não é verdade dizer que o PSD não se pronunciou.

Em relação à questão da coesão territorial, dizer que este Governo por excluir do transporte marítimo as ilhas de Sta. Maria, S. Miguel e Flores, está a quebrar todos os rótulos de coesão existentes, também não é verdade, porque foi precisamente este Governo que criou uma tarifa Açores a 60 euros que permite essa coesão e o fomento do mercado interno. Portanto, nesse aspeto, não podemos dizer que este Governo está a quebrar a coesão territorial.

Agora, e relativamente aos transportes marítimos, há uma coisa que eu penso que é comum a todos nós aqui dentro. É que a operação da Linha amarela, nos moldes em que estava a ser promovida, também não servia as ilhas que estavam em questão. Por muito que permitisse lugares disponíveis, no caso para a ilha de Sta. Maria, a verdade é que os moldes não eram os mais adequados, desde logo a tipologia do navio que não era a mais adequada, os horários e as frequências não serviam necessariamente os marienses e, por isso, estamos aqui a falar dum custo para o contribuinte. É preciso que também se note aqui outra questão, ou seja, a coesão territorial não pode ser a qualquer custo para o bolso do contribuinte.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**A Oradora:** Ela tem que ser efetivamente ajustada à realidade de cada uma das ilhas.

Não quero com isto dizer que Sta. Maria não precisa do transporte marítimo. Não é isso que se está aqui a dizer. E também não foi isto que foi dito pelo Sr. Secretário Regional. O Governo está à procura de soluções.

**Deputado Francisco César (PS):** O Sr. Secretário disse o que disse. A senhora pode é querer que ele dissesse outra coisa!

**A Oradora:** Sr. Deputado Francisco César, levantou-se há pouco dessa bancada para questionar o facto do Governo não ter estudado uma alternativa, antes de cancelar o serviço. É legítimo da sua parte. Mas também posso questionar os anteriores governos socialistas, por terem mantido uma solução sem terem estudado da mesma forma.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**A Oradora:** Uma solução que é desajustada.

Esta é a mais pura das verdades.

O problema é que nós estamos efetivamente aqui com politiquices. E não estamos a pegar nos assuntos de forma objetiva. Estamos aqui com politiquices.

**Deputado Francisco César (PS):** Menos 10 mil pessoas em Sta. Maria por causa disso!

**A Oradora:** Ó Sr. Deputado leu o meu requerimento?!

O meu requerimento diz exatamente o mesmo.

**Deputado Francisco César (PS):** Menos 10 mil pessoas!

**A Oradora:** Isso não é verdade!

Tem que ver toda a operação.

Lá está, isso é politiquice da sua parte.

Sras. e Srs. Deputados, a posição da Deputada eleita pela ilha de Sta. Maria é tão simples quanto aquilo que está previsto no requerimento que foi feito e que foi respondido.

Sta. Maria não pode de maneira nenhuma ficar refém da ausência dum transporte marítimo, e tem que haver uma solução alternativa para aquilo que está a ser equacionado durante os próximos 2 a 3 anos, mas o modelo que estava antes não servia os marienses. Essa é a mais pura das realidades.

Portanto, foi esta a posição que o PSD tomou no início, aquando da comunicação do Governo. E esta a posição da Deputada de Sta. Maria.

Logo, vir aqui dizer que o PSD não se pronunciou, não é verdade.

Vir dizer que este Governo não quer saber da coesão territorial, também não é verdade.

**Deputado João Vasco da Costa (PS):** Deixou Santa Maria para trás, é verdade!

**A Oradora:** Sta. Maria tem mais voos. E a gente espera que no próximo ano tenha ainda mais voos do que teve este ano – disso não há dúvida!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**A Oradora:** Que os senhores queiram mudar a narrativa a vosso bel-prazer, é um direito que vos assiste.

Se estivermos aqui a discutir de forma objetiva aquele que é o atual modelo de transportes marítimos, discutindo qual é a solução que poderá vir para o futuro, estou disponível e acho que o Governo também para fazer isso.

Para politiquices, não contam comigo!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Voices das bancadas do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Executivo:

*(Apartes impercetíveis trocados entre os Deputados Joaquim Machado do PSD e Francisco César do PS)*

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César e Sr. Deputado Joaquim Machado, eu gostava muito de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Rui Martins.

Muito obrigado.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

A realidade é que nós estamos neste debate e a conclusão a que chego é que, se o Partido Socialista tivesse cumprido ou levado a cabo aquilo que eram as suas aspirações e as suas promessas, se calhar não estávamos aqui a ter esta discussão sobre as soluções de mobilidade, em relação ao Atlantida e ao Anticiclone, caso essas promessas tivessem sido cumpridas. Estaríamos eventualmente a ter outra discussão em sede de orçamento.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** No início desta interpelação o Deputado Tiago Branco falou num milhão de passageiros que foram transportados com as soluções do aluguer e fretamento de navios, sobre os quais já todos chegámos à conclusão de que são altamente penalizadores no orçamento regional e que não se reproduziram em nenhum ganho para a economia regional. De facto, quando falou no milhão de passageiros, nunca referiu quanto é que custou esses passageiros. Eu relembro que, só no mês de agosto deste ano, a SATA vendeu em viagens inter-ilhas mais de 100 mil voos. Ou seja, num mês conseguimos 10% da operação que o senhor apregoa, com a tarifa Açores. A SATA anunciou que no mês de agosto vendeu 106 mil viagens, ou melhor, foram disponibilizados 106 mil e foram vendidos 104 mil lugares. De facto, isso é um record para a companhia que é fruto desta alteração na mobilidade dos açorianos por via da introdução da tarifa Açores.

Tendo em conta o que disse há pouco o Deputado Francisco César sobre o ter que haver solidariedade entre os açorianos, pondo a mobilidade marítima como um saco sem fundo e canalizando para lá todos os nossos recursos, eu lembro-lhe que talvez devesse ter essa conversa com o seu líder parlamentar, porque não foi esse o entendimento dele a propósito da tarifa Açores, que achava que não deviam ser uns açorianos a pagar para outros viajarem, quando esta tarifa é acessível a todos os açorianos, independentemente do seu rendimento.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não, não. Não foi isso que eu disse.

**O Orador:** A Deputada Alexandra Manes disse que estas viagens e o transporte marítimo de passageiros era extremamente importante para os grupos e para as festas, tendo falado inclusivamente nos jovens.

Tendo em conta que as viagens para os jovens, se adquirissem o cartão Interjovem, custavam 1 euro inter-ilhas, pergunto-lhe se sabe quanto é que custa agora esse cartão e quanto é que custam as viagens da tarifa Açores para os

jovens? E se acha que há maior procura para se fazer 10 ou 12 horas numa viagem de barco, ou se as pessoas preferem fazer uma viagem de 40 minutos?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Esse é que é o facto.

Depois, quanto à questão do transporte das viaturas, eu compreendo que, como residente no Faial e estando numa das ilhas do Canal, obviamente há uma grande mais-valia, sendo que os novos navios vieram introduzir efetivamente uma grande mobilidade e uma grande procura no transporte de viaturas inter-ilhas (nas ilhas do Canal).

**Deputado João Vasco da Costa (PS):** Mas isso nas outras ilhas já não vale a pena?! É preciso ter uma lata!

**O Orador:** Mas a relação entre Pico/Faial e até com S. Jorge, talvez não seja facilmente reproduzida para ilhas como as Flores, em que o barco chegava à 6ª feira e vinha ao sábado...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Ao sábado?! Não senhor. À 2ª feira.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** É o desconhecimento da ilha das Flores!

**O Orador:** Foi um lapso.

Peço imensa desculpa, Sra. Deputada Alexandra Manes de não ter a capacidade de dizer escorreitamente, mas às vezes tenho alguns lapsos, é verdade.

O que eu pergunto é: se levar o carro, acha que isso é que é um estímulo para a economia regional?

É isso que iria estimular a economia das ilhas?

Ou seja, se eu levo a minha viatura, então para que é que existem rent-a-car nas próprias ilhas? Se calhar deixaria de haver necessidade de elas existirem.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Deputada Alexandra Manes (BE):** A diferença está no tratamento das pessoas!

**Deputado Tiago Branco (PS):** É uma questão de igualdade!

**O Orador:** O que eu estou a querer dizer, Sra. Deputada, é que há uma diferença muito grande na relação Pico/Faial e na relação Horta/Flores. É uma diferença diametral. É muito diferente.

Quanto à questão da carga rodada, que é uma questão interessante, nós verificamos que aqui no Canal, os próprios operadores de tráfego local queixam-se – porque a carga rodada acaba por ser feita nos navios da Atlanticoline que fazem a ligação do Canal – de que, no fim de contas, é feito um uso “indevido” desse transporte, porque há mercadorias que são transportadas e que legalmente não deveriam ser em transportes marítimos de passageiros ou mistos. E isso, alegam eles, veio trazer também uma quebra no negócio, porque as pessoas facilmente agora pegam numa carrinha fechada, colocam lá a carga, não fazem declaração do que é transportado e que, ao abrigo das convenções de segurança em transportes marítimos, não deveria acontecer. Isto também penaliza, segundo eles, o negócio.

É preciso ter em conta de que quando se fala em carga rodada, como disse e bem ainda antes do intervalo o Deputado Nuno Barata, qual é o operador de tráfego local que assume o risco de investir e de eventualmente tentar potenciar o seu negócio, adquirindo embarcações que possam permitir um transporte mais eficaz de mercadorias (contentorizada e em frio), quando o próprio Governo Regional está sempre a anunciar que vai entrar nesse mercado, competindo com recursos que obviamente os privados não têm?

Essa é que é grande realidade.

É que a carga rodada pode fazer muito sentido, no modelo atual, entre Sta. Maria e S. Miguel, até por causa da questão da meloa e da carga de frio.

**Deputado João Vasco da Costa (PS):** Não é só Sta. Maria!

São os Açores todos!

Pense no que está a dizer!

**O Orador:** Mas a partir de S. Miguel para todas as outras ilhas, Sr. Deputado João Vasco Costa, já temos também a carga contentorizada e aí temos frio com facilidade. A dificuldade – e o senhor sabe muito bem – é entre Sta. Maria e S. Miguel, onde há muito pouca disponibilidade de carga contentorizada em frio. Isso é um facto e o senhor sabe muito bem disso, até eventualmente melhor do que eu.

Portanto, em relação á carga rodada, não é isto que justifica o despesismo verificado nesta operação ao longo de todos estes anos.

A realidade é que há inúmeros problemas para resolver, e muitos deles – infelizmente – não foram resolvidos pelos anteriores Governos do Partido Socialista, como foi o caso já referido aqui do PIT (Plano Integrado de Transportes). Ainda nos lembramos bem do seu anúncio e do arauto que seria, quando na verdade, o Governo do Partido Socialista nunca conseguiu pô-lo em prática.

Outro exemplo, foi a questão dos navios que também foram uma miragem. Que não eram bons para os Açores, mas afinal, já estão noutras paragens, sendo que inicialmente até foram para o Mar do Norte que não sei se até não será pior do que o nosso Atlântico Norte, onde vivemos.

Na verdade, é que há inúmeros problemas para resolver. E o transporte marítimo de mercadorias é um desses casos. É algo que este Governo vai estudar e até poderá permitir, em parte, se houver alterações legislativas naquilo que acaba por balizar a distinção entre tráfego local, que apareçam oportunidades de investimento para os operadores locais de tráfego e que, por

sua vez, a carga rodada deixe de ser um fator que pesa no transporte marítimo de passageiros.

Portanto, esse estudo vai ser feito, sendo que ainda haverá outra solução que se traduz no estudo duma solução de transporte marítimo de passageiros que, no fundo, não configure despesismo apenas, mas sim que configure efetivamente uma solução, a qual se impõe.

Nesse sentido, saúdo este Governo e o Sr. Secretário, por terem parado com a sangria das empresas públicas regionais, por terem parado com os despesismos que estávamos a viver, para pensar e arranjar soluções integradas que possam responder às necessidades de mobilidade dos açorianos, utilizando e usufruindo daquilo que são as soluções de mobilidade de que já dispomos.

A tarifa Açores foi um bom primeiro passo para aquilo que é a mobilidade dos cidadãos. E agora as outras soluções têm que ser obviamente pensadas. E é urgente estancar a sangria que estava a ser feita nos últimos anos e que foi aquilo que todos nós sabemos. E isso é irrefutável, porque o orçamento da Região não é um saco roto, nem um saco sem fim, sendo que podemos e devemos canalizar estes fundos para outras necessidades que são mais prementes.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Assisti algumas horas deste debate. Tivemos aqui diversos intervenientes, como o Sr. Deputado Miguel Costa que ainda pensa que vive em outubro de 2020. Aconteceu-lhe a mesma coisa que aconteceu ao Capitão América, ficou congelado.

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

E ainda se apresenta como o *grande especialista* nesta matéria.

Ele tem uns relatórios que dizem que o porto vai ficar pronto e tal... e que os especialistas...enfim, no seu imaginário ainda tem reuniões na Portos dos Açores...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Há momentos que não são imaginários!

**O Orador:** ... e ainda comanda as operações.

Bom, se não imaginários então é grave. Quer dizer que V. Exa. a reunir com os funcionários quando essas não são as suas competências, nem os funcionários devem reunir com V. Exa. na qualidade de governante ou atual governante.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Ó Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

**O Orador:** Mas eu vou deixar passar esse aparte comprometedor para V. Exa.

**Deputado Nuno Barata (IL):** O senhor não me diga que vai impedir os funcionários de se reunirem com as forças políticas! É porque eu reúno com eles. E imagino que o Deputado Miguel Costa também deva reunir!

**O Orador:** O Sr. Deputado Miguel Costa está *congelado* e ainda está em outubro de 2020.

Quem o ouve falar, dá a ideia de que ainda continuar a ser o extraordinário especialista que tem acesso a todos os relatórios e o que o Governo diz não é verdade, porque ele tem uma informação diferente.

Depois o Sr. Deputado Francisco César também apareceu no debate. E eu pude observar nos rostos de alguns Deputados do Partido Socialista alguma aflição

quando ele entrou no debate, tendo em conta as suas responsabilidades e o muito que disse ao longo de todos estes anos, nomeadamente que era impossível acabar com o monopólio e era impossível liberalizar o espaço aéreo.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Onde isso já vai!

**O Orador:** E as tarifas de 60 euros também era impossível. Era tudo impossível para o Sr. Deputado Francisco César.

Por isso, eu vi os rostos incrédulos de V. Exas e percebi que o Sr. Deputado Francisco César se inscreveu quando não estava previsto que o fizesse.

É a minha previsão.

Depois apareceu também a Sra. Deputada Alexandra Manes que fez aqui uma intervenção absolutamente caótica. Era o boi de raça anã que tinha que ser transportado. Era a ilha do futuro, a ilha preferida.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Eu não disse preferida!

**O Orador:** Disse, sim. Está registado.

Uma intervenção de carácter populista e absolutamente nada informativa, porque depois de todos estes adjetivos e todas estas tiradas, o que é fica da intervenção do Bloco de Esquerda e da sua visão estratégica sobre esta matéria?

Nada! Um rigoroso **nada, zero**. Não tem nada a dizer.

Finalmente, quero aqui referenciar o que está em causa.

O Partido Socialista não percebeu porque é que perdeu o poder.

Perdeu o poder, porque a sua estratégia despesista em relação à SATA, ou à Atlanticoline, foi ruínosa e provocou imensos problemas à Região, às empresas em causa e colocou o futuro dos Açores em causa!

Essa é que é a questão!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Quando é que a SATA desequilibrou?

Quando foi colocada ao serviço do turismo. Quando começaram a ser realizados voos e linhas que não eram sustentáveis, o que desequilibrou em absoluto as contas da empresa. E nós agora estamos a fazer um esforço desesperado, para salvar a empresa que os senhores deixaram na bancarrota!

Essa é que é a verdade!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** E queriam fazer a mesma coisa em relação à Atlanticoline. Também achavam que era sustentável prejuízos enormes com os armadores gregos!

Era possível sustentar isto?!

Já brincavam, quando duplicavam o preço e todos os anos os negócios eram ruinosos para os Açores.

E os senhores acham que isto era sustentável?!

Os senhores queriam também manter a mesma rota de prejuízo e de falência nos transportes marítimos, como fizeram em relação aos transportes aéreos?!

Não! Essa não é a solução!

Devo dizer, em abono da verdade, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ainda tentou inverter o rumo dos acontecimentos. Viu que não podia continuar a pagar a estas empresas estes preços, e ter os prejuízos tremendos que tinha para a Região.

O que é o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o seu Governo tentaram fazer?

Adquirir meios próprios. E é a estratégia que este Governo anunciou.

V. Exas, tendo esse objetivo de adquirir meios próprios, porque sabiam que a estratégia de continuar a contratar e ter esse tipo de prejuízos anualmente era insustentável, o que eu é que fizeram?!

Não conseguiram adquirir o navio!

Lançaram concursos sucessivos, sem êxito!

Portanto, V. Exas. só podem queixar-se de vós próprios, porque os senhores também se aperceberam que isto era ruinoso. Que isto não podia continuar. E conseguiram inverter o rumo dos acontecimentos? Conseguiram comprar um barquinho que fosse?

Não conseguiram!

E de quem é a responsabilidade?

É do Governo do Partido Socialista!

Não é deste Governo que agora inverteu o rumo dos acontecimentos!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Portanto, a estratégia é, sim, a tarifa Açores está a ser um sucesso.

Sim, sim, o turismo está a crescer nos Açores de forma muito significativa!

E, sim, sim, esta é a estratégia!

E, sim, sim, temos que fazer isto com meios próprios!

E, sim, sim, não podemos continuar a arruinar a SATA! Temos, é que a salvar.

E é o que estamos a fazer. E o mesmo com a Atlanticoline.

Colocar meios próprios, no futuro, ao serviço dos Açores, sem os prejuízos que V. Exas. estavam a obter com as estratégias que estavam a seguir.

Este é o rumo certo! E os senhores sabiam disso. Tentaram inverter, mas não conseguiram.

A culpa não é deste Governo!

A culpa é vossa e, por isso, é que foram penalizados nas urnas!

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

*(O Deputado Pedro Nascimento Cabral dá a indicação que a sua bancada pretende um intervalo regimental de 5 minutos)*

**Presidente:** Sr. Deputado, eu já tinha dado a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta interpelação, há várias questões e várias componentes que demonstram o erro em que este Governo está a incorrer.

Em primeiro lugar, há a componente política e do procedimento.

Esta foi uma decisão tomada *à socapa*, às escondidas e que, pelo seu impacto, necessitava e precisava ter sido discutida e debatida com mais entidades.

Não o foi por opção do Governo, tendo este decidido *mandar às malvas* aquela que é a transparência e a democracia tão apregoadas.

Em segundo lugar, é uma decisão que entra em flagrante contradição com o histórico das posições políticas assumidas pelos partidos que compõem atualmente o Governo. Sempre reclamaram mais e mais, e mais, e mais!

Hoje, extinguiram a Linha Amarela, sem dar cavaco nem qualquer justificação a ninguém.

Esta é uma decisão que, do ponto de vista da componente material em si mesma, tem também muitas questões que este é um erro.

Desde logo, porque a questão principal que aqui está em causa, na minha perspetiva, não é o problema do transporte de passageiros. É a questão do transporte de mercadorias. E sendo esta a questão, não pode ser invocado como panaceia para os efeitos nefastos desta decisão, a tarifa Açores, relativamente à qual – abro um parêntesis, Sr. Deputado Rui Martins:

Eu nunca disse que quem não viajava não podia pagar para quem viajava. O que eu sempre disse.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Disse sim senhor! Está no Diário das Sessões.

**O Orador:** Eu peço desculpa, mas o senhor tem que estudar melhor a lição!

O que eu sempre disse foi que, quem não viajava, devia saber quanto é que estava a pagar para quem viajasse!

Foi isso que eu disse!

**Deputado João Vasco da Costa (PS):** Exatamente!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Mas não pode ser invocada sequer como panaceia para essa decisão a tarifa Açores ou o transporte aéreo. Do ponto de vista material, esta é uma decisão errada.

Também é uma decisão errada, porque não exclui apenas as ilhas de Sta. Maria, S. Miguel, Flores e Corvo. Ao extinguir a Linha Amarela, exclui **todas** as ilhas dos Açores que eram servidas por essa linha, da capacidade que a mesma fornecia.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Isso é falso!

**Deputado José Ávila (PS):** É verdade!

**O Orador:** E esse aspeto, leva-nos a uma terceira questão que é – percebemos nós – o terceiro argumento do Governo.

O argumento financeiro.

Bom, mas a prova maior de que este é um Governo que navega à vista neste domínio, é que às segundas, quartas e sextas diz uma coisa e às terças, quintas e sábados diz o seu contrário.

O Sr. Presidente do Governo, na inauguração unidade de radio-oncologia da Clínica Madalena Paiva em Angra do Heroísmo, defendeu – e cito:

“A responsabilidade do investimento público não é em função da matemática financeira. É, sim, da oportunidade de dignificar a vivência humana”.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Já se sabia que o Partido Socialista era contra o serviço de radioterapia da Terceira!

**O Orador:** Mas este é também um Governo que navega à vista, porque o grande argumento financeiro resume-se, no fundo, ao seguinte:

*(Apartes impercetíveis trocados entre Deputados das bancadas da Coligação e do PS)*

**O Orador:** Peço indulgência Sr. Presidente.

Os Governos do Partido Socialista pagaram 10 milhões por ano, para um serviço que consistia em 2 navios que, conjugados, asseguravam cerca de 1200 passageiros, capacidade de transporte para 300 viaturas e asseguravam o serviço a 8 ilhas.

Este Governo, com 9 milhões de euros por ano, assegura uma capacidade de 500 passageiros, cerca de 21 viaturas e serve apenas 5 ilhas.

Este Governo está a pagar mais, por menos!

Isto, do ponto de vista financeiro, é também um desastre!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Este Governo navega à vista, nesse domínio, porque resolveu extinguir aquela que era uma medida essencial para a promoção da coesão interna e do mercado interno - porque o mercado interno não se faz apenas com o transporte aéreo, faz-se, também, com a possibilidade do transporte de carga rodada, através do transporte de viaturas - sem saber o que é que quer fazer a seguir.

Ao mesmo tempo, toma uma decisão que, do ponto de vista financeiro, e como demonstrei, significa pagar mais por menos.

Mas interessa, também, para esclarecimento dos açorianos, que se possa dizer: “mas então o que é que defende o Partido Socialista”? Para que este não seja apenas um exercício de desmontar a incongruência, as contradições e a irresponsabilidade financeira desta decisão.

Cito: “É por isso que com esta transformação que queremos operar no transporte marítimo, na conectividade marítima na nossa Região, dizemos a um pescador, a um agricultor, a um empresário ou a um comerciante de qualquer uma das nossas ilhas, que aquilo que lhe queremos facultar, é que ele tenha, como mercado, não só a sua, mas todas as ilhas da nossa Região. E que para aproveitar esse mercado, lhe basta entrar num navio na sua ilha e ir até à ilha destino fazer o seu negócio e regressar a casa”.

**Deputado João Vasco da Costa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Continuo a citar: “E para isso...”

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Isso é o PIT?!

**O Orador:** O Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, se quiser dar o benefício da dúvida de me ouvir...!

Continuando a citar: “E para isso, mesmo sendo o Governo a realizar esse investimento, não necessita de ser o Governo a assumir a exploração, podendo e devendo a mesma ser facultada a privados, devendo, neste âmbito, ser envolvidos aqueles privados que, até ao momento, têm assegurada essa operação”. Fim de citação.

Estas são declarações minhas em 2016, a propósito do transporte marítimo de passageiros e viaturas na nossa Região.

É isto que o Partido Socialista prosseguia. E é isto que o Partido Socialista estava a realizar. É isto que, aos empresários, aos agricultores, aos pescadores da nossa Região, este Governo disse: “Não, se os senhores querem fazer negócio pois... metam-se num avião e vão consumir noutra ilha. Não tenham como mercado interno todas as ilhas da nossa Região”.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Isso é demagogia!

**O Orador:** Do ponto de vista político, concluo esta minha intervenção, salientando esses aspetos que me parecem claros.

Primeiro, do ponto de vista de procedimento, a decisão do Governo Regional peca por ser contraditória e pouco democrática, de desmentir as profissões de fé na democracia, na transparência e no diálogo.

Do ponto de vista material, a decisão do Governo significa e atende apenas à componente de passageiros, quando o essencial – na minha opinião – é a questão do transporte de mercadorias.

Do ponto de vista financeiro, a decisão do Governo significa pagar mais, por menos.

Do ponto de vista político, significa, por último, que o Governo não sabe o que quer. Não sabe para onde vai.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Secretário pede a palavra para...?

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Para um protesto.

**Presidente:** Um protesto a...?

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** A um aparte do Sr. Deputado Francisco César.

**Presidente:** Um aparte do Sr. Deputado Francisco César?

Eu não ouvi.

O que eu peço aos serviços é que façam o registo, e se for possível, façam a transcrição. E esse aparte ficou registado, ficará. Eu não ouvi.

Qual é a expressão a que se refere?

*(O Secretário Regional da Saúde e Desporto indica qual foi a expressão)*

**Presidente:** Sr. Secretário, eu não lhe posso dar a palavra para um protesto referente a um aparte que eu não ouvi.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Então peço a palavra para uma interpelação.

**Presidente:** Faça o favor, Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Deputado Vasco Cordeiro, que a propósito de transportes, introduziu o assunto da radio-oncologia na Terceira...

**Deputada Andreia Costa (PS):** Ele não introduziu. Apenas citou.

**Presidente:** Sr. Secretário, a interpelação tem que ser dirigida à Mesa.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Eu estou a fazer o preâmbulo daquilo que é a interpelação.

No contexto duma intervenção sobre transportes, e do Sr. Deputado Vasco Cordeiro ter introduzido o assunto da radio-oncologia na Terceira, o Sr. Deputado Francisco César, em aparte, referiu: “Eu sou contra. Vocês vão matar pessoas lá!”.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Isso não é uma interpelação!

**O Orador:** Quer em aparte, quer em intervenção, todos nós temos de ter o sentido de responsabilidade para assumir as nossas declarações.

Isto é de uma gravidade extraordinária!

A minha interpelação é no sentido de saber se a Mesa tem condições para garantir que esse aparte fica registado em Diário das Sessões?

**Presidente:** Foi isso que eu disse há pouco, Sr. Secretário.

Peço aos serviços, se for possível e se foi audível esse aparte, que seja registado no Diário das Sessões e que ele possa ser rapidamente distribuído, para clarificar essa questão.

Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Secretária da Mesa vai anunciar os tempos sobranes para esta interpelação sobre transportes.

Secretária: O Governo Regional tem 14 minutos; o PS esgotou o seu tempo; o PSD tem 4 minutos; o CDS/PP tem 4 minutos; o PPM tem 1 minuto; o PAN tem 10 minutos; a Iniciativa Liberal tem 5 minutos; o Chega tem 7 minutos e 10 segundos; e o Deputado Independente tem 1 minutos e 40 segundos.

**Presidente:** Obrigado Sra. Secretária.

Bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas.

*Eram 13 horas e 08 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 10 minutos.*

Vamos dar continuidade a esta interpelação.

A Mesa ainda tem inscrita a Sra. Deputada Alexandra Manes, a quem dou a palavra.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Bruno Belo, o BE desta Legislatura é exatamente o mesmo das Legislaturas anteriores, coisa que o senhor não poderá dizer acerca do seu partido. Relembro-o que o Bloco sempre reivindicou e defendeu também o estudo sobre o transporte marítimo na Região.

Além disso, também questionámos e condenámos a aquisição de 2 navios, sem que houvesse um estudo prévio que o sustentasse.

Relativamente ao Sr. Deputado Gustavo Alves, eu compreendo que tenha preferido falar do passado, do que falar do futuro, porque ele realmente não é muito bom para a ilha das Flores. No entanto, eu recomendava que ouvisse mais os florentinos e saísse fora do seu grupo de amigos, pois assim perceberia a consequência que isso teve nas pessoas das Flores.

Relativamente à situação dos trabalhadores do barco em 2016 ou 2017, por acaso eu fui consultar os requerimentos feitos pelo PPM e não encontrei um único que fosse sobre esse assunto. Encontrei, sim, das gruas, dos guindastes, das balanças, do caminho do Corvo, mas não encontrei nenhum requerimento a denunciar essa situação que referiu. Portanto, se o PPM tinha conhecimento disso, tinha que ter denunciado essa situação.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**A Oradora:** Em relação ao que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradeço todas as palavras que utilizou a meu respeito, só que o senhor esqueceu-se de dizer uma coisa. É que eu também mencionei que se fosse em Legislaturas passadas, teríamos aqui um deputado muito indignado a gritar e, provavelmente, faria uma greve de fome, porque as pessoas estavam a ter tratamento desigual.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)*

**A Oradora:** Relativamente ao Sr. Secretário Regional dos Transportes, quando há um serviço público importante que está a funcionar mal, é preciso estudar para o tornar melhor. Mas o que o Governo fez foi muito diferente. Foi simplesmente acabar com o serviço. Se o Sr. Secretário fosse mecânico, eu não levaria o meu carro à sua oficina. E não o levaria por uma razão muito simples: é que se o pneu estivesse furado, o Sr. Secretário ia mandá-lo para a sucata. O que aconteceu com a situação do transporte marítimo foi exatamente isso.

Aqui, Sras. e Srs. Deputados, o que a gente tem mesmo que ver é que o Governo acabou com um serviço muito importante, com a desculpa de estar a funcionar mal, dando um tratamento desigual às pessoas das Flores, Sta. Maria e S. Miguel. E contra este facto, não há argumentos. É isso que se está a passar. Falou-se aqui de números e não de pessoas. Ou seja, por questões de números, tal como os senhores disseram, colocam em causa a coesão territorial de que tanto gostam de falar. E, sim, provavelmente a resposta das Flores não tardará a vir.

Muito obrigada.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Não apoiado!

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou pegar nas palavras do Sr. Deputado Vasco Cordeiro que, infelizmente, não está na sala - parece que agora é contemporâneo ler a partir do telemóvel, por isso vou fazer a mesma coisa – e cito: “quando o essencial, na minha opinião, é a questão do transporte de mercadorias”. Pois é precisamente aí que está o problema.

O Partido Socialista, salvo erro a 10 de fevereiro de 2014, apresentou o Plano Integrado de Transportes, que era uma coisa fantástica que era para implementar em 2 anos, isto é, até 2016.

Em 2016, ainda nas palavras do Sr. Deputado Vasco Cordeiro ditas hoje aqui, “o Plano Integrado de Transportes não era aplicável “ – ficou esquecido numa gaveta, talvez do eng. Victor Fraga – e passou o discurso para uma prática diferente, de que fosse o Governo a fazer, embora concessionando a privados e falando com eles. Acontece que o Governo, na altura, não falou com os armadores, não falou com os operadores. Entrou – e vou usar novamente a expressão – num certo *autismo* e o PIT, e também a solução de transportes marítimos de passageiros e de mercadorias, ficou por aquilo que sempre tinha sido. Ou seja, navegação à vista, a mesma de que agora se acusa este Governo de fazer. Isto é, a cada 2 anos tentar arranjar navios para cumprir um serviço que não se cumpria. Mas o que está aqui em questão é mesmo o transporte marítimo de mercadorias, porque o que o Governo do Partido Socialista se estava preparando para fazer era construir uma empresa para fazer a cabotagem inter-ilhas, para acabar com a cabotagem insular daqueles armadores que, até agora, vieram a garantir o abastecimento destas ilhas na RAA. E obrigando,

algumas ilhas dos Açores, a serem dependentes doutras ilhas dos Açores, ao invés de poderem comprar no exterior, aquilo que compram hoje.

Durante anos, apregooou-se essa quebra das barreiras e com este plano que estava em cima da mesa, e que felizmente não foi implementado por pura incompetência, estava-se preparando para quebrar este ciclo de bom relacionamento de todos os operadores económicos de todas as ilhas com o continente português e com o estrangeiro.

Portanto, ficou bem claro aquilo que o Governo anterior queria fazer com o transporte marítimo de passageiros que, no fundo, seria um transporte marítimo de mercadorias que, sazonalmente, haveria de transportar passageiros.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava a ouvir a intervenção colérica da Sra. Deputada Alexandra Manes, que está sempre zangada com o mundo. É uma ativista sempre zangada.

É tudo mau. É tudo horrível. Somos todos maus.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Deve estar a falar de si!

**Deputado Miguel Costa (PS):** Isso vindo de quem vem...!

**O Orador:** Lembrei-me da tal história do Winston Churchill que também teve que enfrentar a cólera de uma senhora, num jantar oficial. Ela disse-lhe com um ar muito determinado: - “se eu fosse sua mulher, eu colocava-lhe veneno dentro do copo!”. E o Winston Churchill respondeu-lhe aquilo que eu gostaria de lhe responder agora: - “e se eu fosse seu marido bebia-o!”.

*(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** E vou lhe dizer também outra coisa.

Lembrou V. Exa. a minha greve de fome.

Lembrou V. Exa. a doação de edifícios. E o ativismo que eu demonstrei na oposição.

Digo-lhe que sou o mesmo de sempre!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Não é, Sr. Deputado.

**O Orador:** Fiz isso por determinação! Porque aqueles alunos tinham que ter direito a refeições e agora vão ter! Tinham que ter direito a um refeitório e vão ter!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** E não tínhamos museu. Era um museu a céu aberto e não havia proteção daquela cultura. Foi feito um museu que vai aumentar e vai ser protegido o património.

É isso que eu tenho feito apoiando o Governo. É concretizar aquilo que eu sempre defendi.

O que eu não vou defender, Sra. Deputada, é fazer um número à comandante do Titanic, que é, aquele porto não tem condições para o transporte de passageiros. E V. Exa. meteu na cabeça que se deve ir para um porto que não tem condições absolutamente nenhuma de segurança.

Diz V. Exa. “ah os pareceres técnicos não me interessam!

Eu falei com o José... com o Manuel e com a Deolinda... que me disseram que o porto está bom!”

Que é isto?!

Que preparação tem V. Exa. para contrariar pareceres técnicos que apontam no sentido daquele porto não ter as condições.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Ó Sr. Deputado, mas eu não disse nada disso!!

**O Orador:** Acalme-se Sra. Deputada!

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Eu termino já, Sr. Presidente.

Não tenho mais tempo para si, Sra. Deputada, infelizmente.

Depois, referir também a sua indelicadeza quanto ao Sr. Deputado Gustavo, dizendo “o grupo de amigos, sai de perto do grupo de amigos”. Não saia não, mantenha sempre os amigos próximos. Não há nada melhor na vida do que a família e os amigos. E fica-lhe muito mal, essa desclassificação dos outros deputados, a dizer que andam sempre com o grupo de amigos. Este Sr. Deputado tem toda a legitimidade, foi eleito pelos florentinos para defender aqui os seus interesses. E é isso que ele tem feito com toda a hombridade.

Portanto, V. Exa. ao desclassificar os deputados, da forma como o fez, a dizer que ele só ouve o grupo dos amigos, a Sra. Deputada comete uma descortesia e falhou.

Vou terminar dizendo apenas que considero que, nesta matéria, o Governo fez bem. E o Governo vai fazer aquilo que o Partido Socialista não conseguiu fazer, ou seja, fazer com meios próprios aquilo que era um prejuízo colossal para os Açores.

Vamos fazer esse transporte marítimo com passageiros e com meios próprios, coisa que o Partido Socialista também pretendia, só que não conseguiu concretizar um *contratozinho* de aquisição e construção dum navio. Não conseguiu. Em 8 anos, os senhores não tiveram competência nem capacidade para mandar construir ou fretar um navio.

Portanto, a culpa não deste Governo. É, sim, da vossa falta de preparação.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes.

**(\*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mota Borges):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas ou três palavras relativamente às últimas intervenções que foram aqui feitas, especialmente aquelas que apontam para o serviço às populações, bem como o interesse para as populações, e aquilo que são os números.

De facto, é muito fácil apontarmos para o serviço à população, quando ignoramos a questão dos números. Mas, no fim do dia, há que fazer as contas e encontrar os recursos necessários para pagar os encargos que vão sendo assumidos.

Portanto, quando tomamos as nossas decisões, não contamos ignorar essa parte da equação. Essa variável (a dos custos e sustentabilidade) vai estar na equação, sempre que houver decisões desta magnitude para serem tomadas. E esta foi uma delas. Outras se seguirão.

Ainda sobre a questão, referida esta manhã, no tocante à componente material da decisão, e de alguma forma indicando que a solução poderia ser combinada entre o transporte de mercadorias e de passageiros, esse assunto tem estado na mesa desde há bastante tempo. Nós sabemos das conveniências que existem em juntar as duas coisas. Mas também sabemos das limitações legais existentes, não só na ordem jurídica nacional, como também na ordem jurídica europeia.

Portanto, mantemos aquilo que afirmámos e colocámos no Programa do Governo, mas não vamos decidir à pressa, porque as decisões que vamos tomando, contamos rever-nos nelas daqui a alguns anos, com satisfação e com

um sinal de que as mesmas contribuíram para a satisfação geral da população açoriana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Inscrevo-me neste debate apenas para repor a verdade.

É que de manhã fui acusado, pelo Deputado Vasco Cordeiro, de não ter estudado a lição, mas ao consultar o Diário das Sessões – e vou fazê-lo chegar à Mesa para ser distribuído por todos os Deputados – verifiquei que diz, relativamente à tarifa Açores, aquando do debate das orientações a Médio Prazo e do Plano Anual Regional para 2021, o seguinte:

“O Governo Regional, no meio de todos os seus anúncios sobre esta matéria, e em especial no que consta dos documentos, diz quanto vão pagar os açorianos que viagem inter-ilhas. 60 euros. Aquilo que o Governo não diz, aquilo que o Governo esconde, é quanto pagarão, através dos seus impostos, os açorianos que não viagem”.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Então? E qual é o mal?

**O Orador:** Isto é dizer que os que não viajam é que vão pagar para os que viajam.

Isso é o que está aqui escrito.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso é diferente do que o senhor disse!

**O Orador:** Não, não é diferente.

Isto é dizer que quem não viaja, vai pagar através dos seus impostos, para os que viajam.

O que o Sr. Deputado nunca disse é quanto é pagam os que não viajam, para o transporte marítimo de passageiros? E qual foi o incremento na economia açoriana do transporte de carga rodada? Quanto é que os açorianos ganharam com isso, para pelo menos abater naquele que foi o desmando e os gastos que foram feitos com o transporte marítimo de passageiros e mercadorias? Essa é que é a realidade.

O que está aqui escrito, e que eu citei, é exatamente isto. E eu vou pedir para ser distribuído por todos os Deputados.

O Deputado Vasco Cordeiro passou essa imagem populista para os açorianos, ao dizer que quem viaja é quem não viaja.

É a tal solidariedade de que há pouco falava o Deputado Francisco César que tinha que existir.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Claro! A questão é essa!

**O Orador:** Isto é, que temos que ser todos solidários para o transporte marítimo de passageiros. E é só isto que eu queria que ficasse registado.

Muito obrigado.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O senhor levantou-se não percebendo o que eu disse e senta-se continuando a não perceber o que eu disse!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, pergunto ao Governo se quer encerrar o debate?

Como ainda tem tempo, o Sr. Secretário quer usar da palavra para encerrar o debate? Faça o favor.

(\*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mota Borges*):

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar uma nota de que, ao tomarmos a decisão que tomámos, fizemo-lo de forma consciente, expondo as nossas intenções àqueles que entendemos serem, de forma imediata, os mais diretamente tocados por qualquer decisão que viesse a ser tomada.

Portanto, de facto o assunto não veio à Assembleia para discussão. Mas a decisão foi tomada com a transparência que achámos ser a suficiente para um caso tão grave e pesado como este.

De qualquer forma, estivemos disponíveis nesta interpelação para prestar os esclarecimentos que fossem necessários. E sempre que forem necessários outros esclarecimentos, estaremos disponíveis para clarificar. E temos dado resposta atempada a todos os requerimentos que têm sido apresentados, quer sejam relativos a transportes marítimos, quer em relação a quaisquer outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado.

O Partido Socialista já não dispõe de tempo para proceder ao encerramento do debate. Damos, assim, por encerrado este ponto da nossa agenda.

Avançamos para o ponto 9 – **Proposta de Resolução n.º 5/XII – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022”**, apresentada pela Mesa da ALRAA.

Rege esta matéria o Artigo 40º da Orgânica dos Serviços.

Como é habitual, o orçamento foi elaborado pelos Serviços da Assembleia, sob a coordenação do Conselho Administrativo. Mereceu o parecer favorável da Mesa. Foi analisado e relatado pela Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Pergunto se há inscrições sobre este ponto?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que é importante deixar claro, em sede de debate, uma preocupação de que foi manifestada, nomeadamente pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em sede de Comissão, e que é a de estar pendente uma alteração orgânica da Assembleia Legislativa.

Aquilo que para nós é importante, é que a aprovação deste orçamento contemple a possibilidade de alteração orgânica apresentada pelo Iniciativa Liberal e pelo PAN que, no fundo, tem a ver exatamente com o reforço das condições para o funcionamento, nomeadamente, das Representações Parlamentares. Esse aspeto, para nós, é importante, para que também se perceba que nós não estamos a votar agora uma coisa que, mais adiante, o argumento poderá ser “bom, mas então a gente votou um orçamento que agora não comporta as alterações orgânicas”.

A informação que nós temos, é que no cômputo global, comporta essas alterações orgânicas e que, portanto, desse ponto de vista, é nesse sentido e com este pressuposto, também, que nós damos o nosso voto favorável à Proposta de Orçamento da Assembleia.

Muito obrigado.

**Presidente**: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai no sentido de que relativamente a este ponto da agenda, vou-me abster, porque como já fiz chegar à Mesa da Assembleia, apresentei umas alterações à orgânica. E, como tal, as mesmas refletem-se no orçamento desta Casa. Daí, entender por bem que o voto de abstenção será o mais adequado, em função das propostas que vou apresentar, tanto mais que elas visam essencialmente promover alguma redução dos custos do exercício da Assembleia Regional.

A proposta que já apresentei visa nomeadamente a redução de custos, mas também visa uma maior responsabilização dos partidos na gestão dos valores necessários ao pleno desenvolvimento das atividades parlamentares, quer dos Deputados que estão incluídos nas Representações e Grupos Parlamentares e até como Deputados Independentes.

Portanto, tendo por base estes pressupostos, vou-me abster nesta votação, porque acho que é o mais adequado, em função daquela que é a minha linha de pensamento relativamente aos custos da Assembleia Legislativa Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por uma questão de economia de tempo, quero aqui anunciar que o Grupo Parlamentar do PPM secunda em absoluto a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro sobre esta matéria.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Enquanto Presidente da Mesa, acho que devo dar uma explicação para todos aqueles que nos estão a acompanhar.

Impõe a nossa orgânica que o nosso orçamento tenha de ser aprovado até ao final deste mês. Daí que, como foi conversado com todos os líderes e a Mesa, nós estamos a aprovar este orçamento com as condições que temos atualmente. E assumimos todos o compromisso de, em função daquilo que for aprovado relativamente à alteração da orgânica, num orçamento suplementar que teremos que fazer para integração do saldo deste ano, fazermos as alterações que forem consequentes da aprovação das alterações da orgânica. E, nessa altura, repercutir no valor do orçamento essas implicações.

É esta a metodologia que acordámos seguir e penso que estamos todos em sintonia nessa matéria.

Parecendo não haver mais inscrições, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução nº5/XII foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Está, assim, encerrado este ponto da nossa agenda.

Avançamos para o ponto 10 - **Projeto de Resolução n.º 38/XII – “Medidas de apoio aos artesãos dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Alerto que houve uma substituição integral deste Projeto de Resolução, que é sobre ela que devemos incidir o nosso debate e a votação.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(\*) **Deputado Paulo Silveira (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresento, em nome do PSD, um Projeto de Resolução que visa a Adoção de Medidas de Apoio aos Artesãos Açorianos, de forma atenuar as contingências resultantes da pandemia Covid-19.

Nos Açores existem 555 artesãos inscritos, o que responde à terceira região do país com mais artesãos.

Desde o início da pandemia, em março de 2020, já há mais de 1 ano, foram suspensas as feiras, reduzida a circulação de pessoas, o que afeta o setor do turismo e, conseqüentemente, a comercialização dos produtos dos artesãos. Devido à acentuada redução da procura, originando uma substancial e, nalguns casos, a total quebra dos seus rendimentos.

O PSD reconhece a importância dos profissionais das artes e ofícios para a manutenção e preservação da cultura e tradições açorianas, sendo que os seus produtos são essenciais para a promoção turística da região Autónoma dos Açores.

Assim, e considerando os sinais existentes de retoma da atividade, bem como o início de algumas feiras e eventos, o PSD entende que é necessário reforçar os apoios e incentivos aos artesãos que mantêm a sua atividade. E que enfrentaram enormes dificuldades para comercializar os seus produtos, devido à acentuada redução da procura, causada pela atual situação pandémica, apresentando uma Proposta que assenta em 4 princípios e que são:

- Incentivo à participação dos artesãos em feiras regionais, nacionais e internacionais;
- Alteração do sistema de incentivos ao artesanato SIDARTE, a fim de garantir a comparticipação das despesas de alojamento;
- Ajuda à manutenção da atividade, através da promoção local, das avarias artes e ofícios de cada ilha;

- Incentivo às vendas online.

Quanto aos primeiros dois pressupostos, é importante que o Governo, através duma reformulação ao SIDARTE, reforço os incentivos à participação dos artesãos em feiras e eventos que promovam as suas artes e ofícios. A promoção dos artesãos, é a promoção da nossa Região e da nossa cultura.

Quanto ao incentivo às vendas online, atendendo a que muitos dos nossos artesãos não possuem meios tecnológicos, nem conhecimentos para promover as vendas online e a consequente expedição dos produtos, deverão ser-lhes dadas ajudas nesse sentido.

Para o PSD-Açores é fundamental apoiar os nossos artesão, enquanto agentes da divulgação histórica e cultura da nossa Região, e como parceiros da atividade turística.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. E estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(\*) **Deputado José Pacheco (Chega):** Obrigado Sr. Presidente.

Começaria a minha intervenção pela urgência que existe entre o que é a diferenciação entre o que é artesanato e o que são *bugigangas*.

Ultimamente, com muita pena pessoal, vou vendo algumas coisas que não são artesanato, que são meras *bugigangas*, passarem por artesanato. Mas compreendo que muitas delas são uma fonte de rendimento complementar para a algumas pessoas. E quanto a isso nada contra, porque às vezes, infelizmente, a maioria das pessoas não ganha o suficiente para viver.

Daí, considerar que é preciso deixar este alerta que também se estenderia a esse grande escândalo que é a Marca Açores, que aparece numa série de coisas que de Açores, a única coisa que têm é o sítio onde as mesmas foram vendidas, ensacadas ou exportadas. Mas de açorianas têm muito pouco.

O nosso artesanato é uma das coisas que nós temos para oferecer. E temos um artesanato muito rico e muito bom. Mas, infelizmente, pouca gente se dedica a ele, porque não têm o rendimento necessário. No entanto, há que acarinhá-lo até como promoção turística. Sei de alguns casos em que não se produz o suficiente para vender, mas também sei que não há o incentivo necessário para se produzir, porque vende-se a preços muito baixos.

Neste sentido da promoção e do apoio às feiras, etc. gostaria de deixar também aqui o alerta de que, muitas vezes, nestas feiras, vai uma série de promotores turísticos que mais não fazem do que dar um passeio e os nossos artesãos, aqueles que podiam mostrar o nosso produto genuíno, ficam cá a passar pela mesma dificuldade.

Quanto às novas tecnologias, o estado tem o dever de apoiar a divulgação e comercialização do nosso artesanato, porque não podemos cair no ridículo de, daqui a uns dias, só termos umas pedrinhas pintadas para vender aos nossos visitantes turistas, deixando cair no esquecimento os nossos vimes e os nossos bonecos de presépio, tão tradicionais, e uma série de outras coisas (galochas) que foram desaparecendo. E aqui faço uma invocação ao meu avô que era galocheiro. Enfim, tudo isto desapareceu ou é feito numa forma industrial, mecânica que vai retirando algum valor e genuinidade às peças.

Há, portanto, que defender isso e ter o cuidado de as preservar. Este é um alerta que deixo aqui.

Penso que também é função do estado proteger um pouco este tipo de atividade que sozinha não consegue sobreviver.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

(\*) **Deputado Rui Anjos (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Considerando que os artesãos foram diretamente afetados pelos efeitos da pandemia, com a suspensão da sua atividade e a conseqüente redução das vendas dos seus produtos;

Considerando ainda, a importância destes profissionais das artes e ofícios na manutenção e preservação da cultura e tradições açorianas;

Considerando a dependência do artesanato relativamente à atividade turística fortemente fustigada pela pandemia;

Porém, importa referir:

Por melhor que tenham sido os últimos 3 meses, os apoios continuam a ser necessários uma vez que o verão não foi suficiente para recuperar do impacto produzido pela circunstância pandémica.

Esta Região, em termos turísticos, é marcada pela forte sazonalidade. Infelizmente, já se faz sentir...

Não se pode, por isso, descurar a necessidade de manter os apoios às empresas e a determinados setores de atividade, depois de mais de um ano e meio de quebras na faturação.

Este diploma data de 01 de março, tendo sido debatido em sede de comissão em Abril.

Uma das principais recomendações deste Projeto de Resolução visava uma compensação pela perda de rendimento.

O Sr. Secretário ouvido em sede de comissão afirmou, e passo a citar:

“... a resolução 129/2020 previa alguns apoios, mas apenas para os que exerciam aquela atividade a 100%.”

Referiu que, “deste modo, estiveram registadas 555 pessoas, mas apenas 20 foram objeto de apoio.”

Assumi também que, “analisando o histórico e a circunstância, defendeu naquela audição um apoio mais abrangente, englobando quebras de faturação”.

Entretanto decorreram mais de 5 meses...

Ontem, com a aproximação deste debate, entrou uma substituição integral deste diploma.

Esta substituição, elimina qualquer compensação pela perda de rendimento proveniente da maior crise comercial de que há memória.

Assim, o apoio mais necessitado, é eliminado.

Ao invés, são contemplados incentivos e ajudas à participação dos artesãos em feiras.

Medidas válidas, mas de muito menor intensidade! Não corresponde às expectativas geradas.

Na verdade, hoje o enquadramento face ao passado mês de março, é diferente. Contudo, a substituição integral deste diploma rompe com o espírito na construção do seu objeto no passado mês de março. Deste modo, o que está para trás, fica para trás!

Por último, gostaria ainda de referir que mais do que anunciar apoios, debatê-los e votá-los favoravelmente nesta Câmara, importa que efetivamente esses apoios cheguem às empresas e aos seus agentes económicos. Registam-se apoios de 2020 que ainda não foram pagos.

A bem da rápida e eficiente retoma económica, é imperativo que cumpram.

Os empresários continuam a aguardar os apoios prometidos.

Neste momento, há que robustecer as estruturas e começar a preparar a próxima época alta.

Dito isso:

À semelhança de outros diplomas apresentados nesta Câmara, embora transformado com apoios de baixa intensidade, porém, não deixa de estabelecer um apoio a um determinado agente económico.

Por isso e à semelhança da posição assumida em outros diplomas apresentados nesta Assembleia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista **votará favoravelmente** este diploma, considerando, como já referi, a importância destes profissionais e deste setor, que preserva a cultura e tradição açoriana.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

**(\*) Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Duas notas iniciais. Uma primeira, no sentido do Governo ver positivamente esta proposta e parabeniza, de alguma forma, o seu autor, o Deputado Paulo Silveira e o Grupo Parlamentar do PSD, e também pela atualização que fizeram referente ao texto inicial que, em função do nosso Regimento, só poderia ser feito pelo próprio autor, como é sabido. E o autor teve essa disponibilidade e a vontade de fazer atualização relativamente a uma medida que tinha sido discutida já há algum tempo atrás.

Os nossos artesãos são promotores da nossa Região, através das suas artes e ofícios. E o facto da Secretaria que está sob a minha tutela ter a Marca Açores, o artesanato, o comércio e indústria, o emprego e a formação, pode potenciar a criação de algumas sinergias positivas para o artesanato e para os artesanatos, quer seja em termos da divulgação do seu trabalho, quer seja através da formação de alguns deles, medidas em que estamos a trabalhar. E até a

divulgação do nosso artesanato, das nossas artes e saberes junto dos mais jovens, das escolas, aproveitando também as novas plataformas digitais que temos, através da criação dum catálogo digital, ou da realização de alguns tutoriais sobre algumas artes e ofícios que podem aproveitar estas tecnologias para manter e recriar até aquilo que é o nosso valorizado artesanato.

Em segundo lugar, gostaria de referir que na orgânica do XIII Governo, o Centro Regional do Artesanato passou a chamar-se Centro de Artesanato e Design nos Açores.

Pretendemos dar aqui um sinal não só em relação ao nome, mas também em relação ao conteúdo e às políticas e princípios, trazendo esta inovação. Esta inovação que tem a ver com a tal abordagem, como já referi, em relação aos jovens e às escolas, tem a ver com o catálogo digital, tem a ver com o facto de através de todas as agências desta Secretaria nas várias ilhas, podermos e querermos ter pessoas – e estamos a formá-las – que possam estar mais presentes junto dos nossos artesãos e juntos dos seus locais de trabalho.

De facto, neste momento, também se começa a vislumbrar – no seguimento do período estival – alguma retoma, não só em termos de turismo, mas até em termos de mercados e em termos de eventos de ativação, no caso de medidas do artesanato.

Posso dar nota de que vamos promover, em todos os concelhos da nossa Região, mercados de artesanato, por forma a promover os artesãos nas suas comunidades.

Posso, também, anunciar que de 1 a 5 de dezembro, vamos realizar a Expo-Açores Artesanato, uma feira de promoção das artes e ofícios da nossa Região, que contará com mais de 50 artesãos.

Dou nota, ainda, de que estamos agora a negociar a presença no Pavilhão de Portugal da Expo-Dubai, a começar agora e terminará em março de 2022. É muito importante a presença do nosso artesanato no Pavilhão de Portugal desta

Expo, cujas negociações decorrem já há algum tempo com bons sinais; tivemos recentemente uma reunião com a AICEP que está a coordenar a presença no Pavilhão Português da Expo-Dubai, onde pretendemos ter as nossas peças de artesanato.

Estamos também a negociar a presença no mercado de Natal do Rossio, que decorrerá de 19 de novembro a 19 de dezembro, onde os nossos artesãos terão oportunidade de expor e vender os seus produtos.

Pensamos que todas estas medidas na retoma poderão já ser significativas, para que não só os artesãos possam começar a escoar os seus produtos que não venderam na altura da crise pandémica mais acentuada, mas também que possam começar a fazer contatos com outras realidades, desde logo, o encontro regional de artesanato que referi, até à presença no continente ou no estrangeiro, onde podem trocar informações, saberes e contribuir para enriquecer o nosso artesanato.

Também dou nota, no seguimento da proposta que aqui temos que refere, nomeadamente na alínea a), o “incentivo à participação dos artesãos em feiras regionais, nacionais e internacionais” acabei de referir o que está planeado; em relação à alínea b) – “alteração ao sistema de incentivos do artesanato SIDART, a fim de garantir a comparticipação das despesas de alojamento”, estamos a trabalhar exatamente nesse sentido.

Posso assegurar que na revisão do SIDART, as despesas de alojamento com os artesãos quando se deslocam vão ser consideradas. E também a promoção da atividade local nas várias ilhas, tal como já referi, desde o apoio que as agências de ilha vão prestar, até à participação e trocas inter-geracionais nas escolas entre artesãos e os jovens, bem como através dos suportes digitais de que já falei.

Quanto ao catálogo digital, será também uma montra global para os nossos produtos de artesanato e para os artesãos que, ao longo de 2022, queremos ter já em funcionamento.

Nesse sentido, de novo dando nota da visão positiva que o Governo tem em relação a esta Proposta de Resolução, damos também de alguma forma resposta a algumas das propostas que na parte resolutiva deste documento são aqui apresentadas.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS regista com agrado a Proposta de Substituição integral deste Projeto de Resolução, uma vez que acaba por fazer uma adaptação a pensar no futuro da valorização da atividade do artesanato das nossas ilhas e das suas artes e ofícios, valorizando e tentando promover, neste novo cenário que todos esperamos de retoma económica, projetando, assim, no futuro, esta atividade; dando-lhe algum aporte e incentivos, seja para haver uma maior divulgação, seja pela via da participação nos certames regionais, nacionais e internacionais, como também através dos incentivos ao artesanato – do próprio programa que já existe, a fim de garantir alguma comparticipação que possa colmatar a quebra de rendimento que ocorreu.

Por outro lado, a promoção local das artes e ofícios é também extremamente importante, uma vez que quem nos visita deverá ter um acesso facilitado para conseguir ver facilmente a montra e o espólio e o que temos para oferecer do nosso artesanato.

Muito importante é também aquilo que foi anunciado pelo Sr. Secretário Regional acerca do catálogo digital que vai permitir, de certo modo, de forma mais facilitada e adaptada à linguagem corrente das novas tecnologias, que se possa facilmente catapultar o nosso artesanato para outras paragens, fazendo dele uma verdadeira montra do que de bom se faz nas nossas ilhas.

Também aplaudimos e saudamos a criação (alteração) do Centro de Artesanato e Design dos Açores, porque se trata realmente duma iniciativa louvável, dado que a questão - design ligado a artesanato - irá permitir atualizar, modernizar e adaptar aos nossos tempos, artes e ofícios que são históricos e que fazem parte da nossa herança cultural; permitirá, no fundo, aplicar estas técnicas de artesanato a objetos que possam ter uso quotidiano e possam novamente fazer parte do nosso dia a dia e dos nossos jovens. Ou seja, não olhar para o artesanato como algo que é apenas um souvenir ou algo para ter na prateleira, mas eventualmente – e já se vê muito, felizmente – a adaptação de técnicas de artesanato a objetos de uso quotidiano, ornamentais, pois é isso que valoriza efetivamente estas técnicas. E é essa mutação, adaptação e crescimento que as técnicas acabam por sofrer, ao serem adaptadas a novos meios, que também valorizam o artesanato e, no fundo, vão permitir que nós continuemos a ter esta riqueza cultural, para que seja mais divulgada e consiga trazer mais pessoas a dedicarem-se às artes e ofícios porque, efetivamente, desde que elas consigam ser um aporte de rendimento e uma forma de vida sustentável, é sem dúvida importante, dado que contribuem para a boa imagem dos Açores e para a nossa riqueza cultural e histórica.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O artesanato é uma expressão cultural de um povo, realizado pelas mãos de artesãs e artesãos que, embora verdadeiros artistas, muitas vezes não têm o reconhecimento que lhes é merecido.

Muitas vezes, o artesanato é um forte contributo para o sustento da família. E outras tantas, é mesmo a única fonte de rendimento da família, nomeadamente em situações de despedimento que colocam, na grande maioria das vezes, as mulheres em situações de risco e de vulnerabilidade.

Conforme foi referido pelo Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, em sede de Comissão, relativamente à Resolução nº 129/2020 que definia as medidas de apoio, havia a necessidade de a tornar mais abrangente.

Ora, pensando nós que o Projeto de Resolução viria para suprimir também esta lacuna, o que a Substituição Integral fez, foi retirar os apoios que estas pessoas necessitam.

No entanto, e considerando que a evolução da pandemia tem permitido o levantamento de algumas restrições e permitem a realização de alguns eventos, faz todo o sentido que seja possibilitada a presença destas pessoas em feiras regionais, nacionais e internacionais, bem como a promoção local de várias artes e ofícios de cada ilha, tal como o incentivo para as vendas online.

Como é óbvio, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente a presente Proposta.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para informar que vou votar favoravelmente este Projeto de Resolução com as alterações que, entretanto, entraram, porque entendo que elas devem ter sido efetuadas após o contato estreito com boa parte dos artesãos

existentes nos Açores. E se o texto que foi alterado reflete aquilo que será a realidade atual, mostra que, apesar dos constrangimentos da pandemia, há de ter havido alguma retoma da atividade desses mesmos artesãos. O que, por si só, já é um momento importante na vida das pessoas. Embora, o que estamos hoje a votar nesta Casa não seja – e passe a expressão – nenhuma “esmola” aos artesãos, mas sim, um apoio que permite que eles exerçam a sua atividade de uma forma saudável e independente, sem que sejam alocados valores para **apenas** a subsistência dessas pessoas.

No fundo, o que esta alteração representa é dar ferramentas a esses mesmos artesãos para prosseguirem as suas atividades, dentro daquilo que é a sensibilidade de cada um na produção dos bens transacionáveis que produzem. E, por si só, pelo facto de haver essa pluralidade de artesanato produzido na Região, e pelo facto de haver ainda pessoas que se dedicam a essas atividades, independentemente das suas sensibilidades, é de enaltecer que nos Açores ainda tenhamos população com essa energia e com essa forma de engrandecer o nosso território, as nossas tradições, os produtos que se comercializaram e que ainda se comercializam nesta Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(\*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer a participação dos colegas nesta Resolução.

Também dar a explicação da alteração integral da mesma, porque houve que adequá-la à situação atual, já que isto foi em março e estamos em setembro, Entretanto, diversas situações se passaram, entre elas a situação da pandemia que, felizmente, se foi esbatendo, permitindo que o turismo já funcionasse e muitos dos nossos artesãos pudessem retomar a sua atividade; não recuperando,

como é lógico, o que foi perdido, mas o certo é que se criou a possibilidade de recuperar alguma coisa. E houve o cuidado, já deste novo Governo, através da Secretaria Regional que tutela esta área, em contatar os nossos artesãos, sendo certo que entre 21 de junho e 26 de julho já estiveram abertas as candidaturas ao SIDARTE – e fico muito satisfeito por o Sr. Secretário se ter comprometido.

Vemos que já há algum feedback a esta Resolução, nomeadamente no que diz respeito ao apoio aos artesãos. E, tal como disse o Sr. Deputado Rui Martins e muito bem, esta é uma adaptação para pensarmos no futuro. É que, ainda hoje, nesta Casa, muito se apontou que não se falava de futuro.

Por isso, esta é uma iniciativa para o futuro, em que se pensa promover e defender o artesanato, porque os artesãos, principalmente das ilhas mais pequenas, têm muitas dificuldades devido à sua própria dimensão e escala. E só o facto de se alterar o SIDARTE, permitindo compartilhar as despesas de alojamento, é essencial para permitir a deslocação dos artesãos para as ilhas maiores onde geralmente são feitas as feiras.

Portanto, é com muito agrado que vemos as respostas que estão a ser dadas pela Secretaria. E espero que este seja o primeiro de muitos passos na defesa dos nossos artesãos, e de todas as outras áreas, para alavancar a nossa economia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Parecendo não haver mais inscrições, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Resolução nº 38/XII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos avançar na nossa agenda, para o ponto 11 - **Projeto de Resolução n.º 58/XII – “Criação de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento e fiscalização da execução dos fundos europeus na**

**Região Autónoma dos Açores**”. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos anos, os fundos da União Europeia têm contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores.

Se é verdade que persistem desafios por ultrapassar, como a redução das desigualdades, a melhoria das acessibilidades ou o reforço da coesão regional, tão ameaçada na nossa Região, não podemos ignorar os progressos notáveis verificados nas últimas décadas, em vários domínios.

É neste contexto de transição entre o concretizado e o projetado, que surge o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, para o período 2021-2027.

O orçamento de longo prazo da União Europeia, como também é designado, assume uma importância acrescida para as regiões ultraperiféricas como os Açores, através da implementação de políticas económicas e sociais de recuperação e promoção da resiliência.

A combinação dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do Next Generation EU, a tal “bazuca europeia” tão mencionada, permitirá a Portugal aceder a uma dotação superior a 50 mil milhões de euros, no período de 2021 a 2029.

Por sua vez, a Região Autónoma dos Açores irá receber, nos próximos anos, um volume recorde de fundos comunitários, de **montante superior a 3,2 mil milhões de euros**, resultantes do novo quadro financeiro plurianual e do mecanismo de recuperação e resiliência.

Na prática, isso significa que **os Açores irão receber praticamente o dobro dos fundos comunitários, repito, praticamente o dobro dos fundos comunitários**, em comparação com o quadro anterior, o que dá bem nota dos

**elevados montantes que estão em causa** e da sua importância para as famílias e empresas açorianas.

É por tudo isso, que o Grupo Parlamentar do PS/Açores apresentou a 11 de maio, esta iniciativa, para a **criação de um Grupo de Trabalho no Parlamento, que acompanhe e fiscalize, em tempo útil, a execução dos fundos europeus na Região.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A duração da pandemia e as restrições provocadas no nosso dia a dia têm contribuído para acentuar a crise económica e social nos Açores, motivo pelo qual é crucial garantir uma retoma económica célere e eficaz.

Os Açores terão ao seu dispor, nos próximos anos, um **volume recorde de recursos financeiros** para investimento em áreas como a saúde, a educação, infraestruturas, energias renováveis, na recapitalização das empresas, na manutenção do emprego, sem descurar os setores tradicionais como as pescas e a agricultura.

Temos uma oportunidade histórica e o período excecional em que vivemos **exige, ainda, mais rigor e transparência na execução dos recursos públicos**, através do acompanhamento e fiscalização do Parlamento Regional.

Se ainda existiam dúvidas sobre a necessidade do Parlamento fiscalizar a execução dos fundos comunitários, a fraca execução do investimento público em 2021 na nossa Região, só vem realçar a importância da nossa proposta **para evitar o desperdício de fundos comunitários** tão necessários.

Consideramos, por isso, **fundamental ter um controlo permanente sobre a aplicação adequada dos fundos europeus**, envolvendo os diversos órgãos do Governo Regional, o Parlamento, os parceiros sociais e restante sociedade civil, num processo contínuo de auscultação e envolvimento dos Açorianos.

Pretendemos, ainda, prestar contas pelo trabalho realizado no Parlamento, através de emissão de relatórios periódicos e da **divulgação em tempo real dos fluxos financeiros referentes aos fundos europeus e da sua execução na Região**, tal como já acontece a nível nacional.

Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados:

Apresentamos ainda esta iniciativa porque têm surgido **alertas** de várias entidades, nacionais e internacionais, a **apelar a uma maior fiscalização e a uma maior exigência sobre a ação governativa e sobre a utilização dos fundos europeus**.

Foi o caso da Presidente da Comissão Europeia ou mesmo do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, entre muitas outras personalidades regionais, nacionais e internacionais.

Sem esquecer organismos como a Polícia Judiciária ou o Tribunal de Contas Nacional e Europeu, que **alertaram para necessidade de um maior controlo sobre a execução dos fundos europeus**.

Não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar fundos comunitários, **sob pena de comprometermos o futuro da nossa terra e a melhoria das condições de vida dos Açorianos**.

Em síntese, propomos a criação de um grupo de trabalho:

- composto por deputados de todos os partidos representados no parlamento regional;
- que elabore relatórios trimestrais do trabalho realizado e um relatório final;
- que promova a transparência e garanta a divulgação pública da execução dos fundos comunitários;
- e que envolva os Açorianos no processo de decisão política.

Estamos a falar de **uma oportunidade história**, de um **volume recorde de fundos comunitários**, superior a 3,2 mil milhões de euros, que estarão disponíveis para investimento e que serão muito importantes para assegurar o crescimento da economia e resolver problemas estruturais da nossa Região.

No essencial, **queremos assegurar que o Parlamento Açoriano acompanha e fiscaliza, em tempo útil, a aplicação dos fundos europeus**, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da nossa Região e para o combate às desigualdades.

Muito obrigado.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa e estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PAN apoia esta iniciativa para a constituição de um grupo de trabalho.

Sem dúvida que todos os Deputados têm regimentalmente o direito de fiscalizar o Governo, podendo fazê-lo também individualmente – pelo menos esse poder não será retirado aos Deputados. Presumo que talvez alguns Deputados tenham dúvidas que, com este grupo de trabalho, não o possam fazer individualmente, mas claro que podem fiscalizar.

Por isso, nós sempre apoiámos iniciativas destas, porque são ferramentas para aumentarmos a transparência e para conseguirmos travar a corrupção.

Tendo em conta os apoios europeus da *Next Generation EU*, nunca tivemos algo tão grande nos Açores, e também para o Açores 20/30 que é simplesmente o seguimento daquilo que nós tivemos do Açores 2020.

Por isso, o PAN apoia a constituição deste grupo de trabalho, porque se for unicamente – temos que ser ingénuos – para ser usado para fiscalização e para o melhor uso, por parte dos Açores, desses fundos comunitários em todas as ilhas, sem dúvida que o PAN tem que votar favoravelmente esta iniciativa.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal acompanha este Projeto de Resolução do Partido Socialista, até mesmo em coerência com aquilo que apresentámos na Assembleia da República e que, por sinal, em primeira votação, foi chumbado pelo Partido Socialista e aprovado pelo PSD. Mas aqui o PS entende que deve trazer esta iniciativa e ainda bem.

É fundamental termos clara noção da importância que este próximo quadro plurianual e este quadro de financiamento esdrúxulo que é o Quadro do Plano de Recuperação e Resiliência – o *Next Generation EU*. E, portanto, entendemos que é fundamental que esta Casa acompanhe pormenorizadamente e com afinco a aplicação desses fundos.

Num passado ainda recente, acusámos as governações dos Açores de algum desperdício na aplicação de fundos comunitários.

Nós temos que ter noção de que este dinheiro é de contribuintes da União Europeia. Não é dinheiro que vem dum sítio qualquer, feito por artes milagrosas. E há que ter a noção de que um dia, tarde ou cedo, se formos

incompetentes na sua aplicação, alguém nos vai cobrar isso, se é que já não está a cobrar.

Portanto, estes são fundos que devem ser fiscalizados e acompanhados com muita acutilância pelo Parlamento dos Açores, seguindo claramente, passo a passo aquilo que o Governo vai fazer com eles.

Assim sendo, a Iniciativa Liberal associa-se à iniciativa do Partido Socialista.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem saber o destino que esta iniciativa terá, mas aguardando de forma expectante a posição da Coligação...

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Já sabe! Já sabe! **O Orador:** ...tenho algumas coisas a dizer, não só sobre a iniciativa, mas sobre a fiscalização e o acompanhamento dos fundos europeus.

De facto, nós estamos perante uma situação que é inédita. Os Açores, e todo o País, receberão um conjunto de verbas muitíssimo significativo, as quais têm que ser utilizadas em prol do desenvolvimento e do bem-estar das populações e não para fazer enriquecer alguns.

**Sim,** para o desenvolvimento dos Açores.

Por isso, é fundamental que a aplicação destes fundos seja bem executada, como é óbvio, mas que seja muito bem fiscalizada. E digo isto, porque não há órgão com maior competência e também obrigação de fiscalizar a atuação do Governo, que é quem tem o poder de coordenação e execução destes fundos, do que o Parlamento dos Açores.

Assim sendo, o Bloco de Esquerda irá obviamente votar favoravelmente esta iniciativa.

Saudamos, também, a alteração feita pelo Partido Socialista, no sentido de permitir a possibilidade de estarem neste grupo de trabalho partidos que não estão representados na Comissão de Economia, o que permitirá uma participação de todos eles.

Outra opção possível seria criar uma comissão eventual, mas que implicaria naturalmente outra logística e até outros custos. No entanto, seria também uma opção totalmente legítima.

Por isso, acompanharemos esta proposta e votá-la-emos favoravelmente.

Porém, não poderia deixar de utilizar esta intervenção para colocar uma questão ao Governo e ao Sr. Secretário das Finanças que, segundo sei, é quem está com a incumbência deste Projeto de Resolução, se entender por bem intervir.

Foi publicado, ainda este mês, o modelo de coordenação do PRR na Região, através do Decreto Regulamentar nº 23/2021/A, de 3 de setembro que adapta à Região aquele que é o modelo de coordenação do PRR.

Neste particular, há certas questões que me suscitam algumas dúvidas. Desde logo, o órgão de acompanhamento do PRR que é definido na Região, ao contrário do que acontece a nível nacional em que é criado um órgão específico para esse acompanhamento, aqui o Governo optou por atribuir essa competência ao Conselho Económico e Social. Aliás, tanto a nível nacional como regional, o Parlamento praticamente é apenas um recetor de um relatório e nada mais.

Portanto, o Parlamento pode e deve fazer uso das suas competências de fiscalização e não ficar submetido à vontade do Governo sobre esta matéria. Daí, a proposta do Partido Socialista fazer sentido e, tal como já afirmei, votaremos a favor.

Voltando às dúvidas, temos aqui uma questão que nos suscita algumas dúvidas. É que se o órgão de acompanhamento do PRR na Região é o Conselho Económico e Social, eu recorro que ele aqui nos Açores tem na sua

constituição vários Membros do Governo, nomeadamente quatro, ora, é o Governo o órgão que executa o PRR. Ou seja, teremos na Região uma situação que é, a meu ver, um pouco incompatível. Isto é, as pessoas com competência de executar o PRR, estão no órgão que tem a competência de acompanhar. O que nos parece, no mínimo, incompatível.

Por isso, gostaria que o Sr. Secretário nos explicasse como é que isto se vai processar?

Irão os Membros do Governo abdicar, por exemplo, de votar os pareceres (definidos em Decreto Regulamentar Regional) no Conselho Económico e Social?

Julgo que esta questão merece algum esclarecimento, porque não me parece muito normal. E, assim sendo, deixo aqui esta dúvida, a bem do bom funcionamento da Administração Pública e da boa execução destes fundos, sobre os quais se exige toda a transparência e toda a clarificação de como irá funcionar este processo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(\*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima:

Relativamente ao acompanhamento do PRR pelo Conselho Económico e Social, queria dizer-lhe que essa foi uma decisão profundamente refletida, sujeita inclusivamente ao escrutínio jurídico, neste caso do Professor Eduardo Paz Ferreira, ao escrutínio dos membros desse Conselho, sendo que no plenário em que esse assunto foi analisado, também o parecer que referi foi refletido. E quando foi a votação do Conselho Económico e Social, os Membros do

Governo retiraram-se e não participaram. Da mesma forma que procederão, sempre que estiver em causa qualquer matéria de conflito de interesses.

Portanto, foram ultrapassadas essas questões sucessivamente.

Já agora, perguntar-me-ão, qual é a virtude desta solução?

É que já existia na Região um órgão respeitado, a funcionar bem, com os seus custos controlados (Conselho Económico e Social). E foi dentro dum espírito de contenção e aproveitamento, e não de multiplicação de estruturas regionais, atendendo à sua representatividade, quer económica quer social, uma vez que estão lá representadas – e escuso aqui de repetir – instituições que são as fundamentais para poderem fazer este acompanhamento, encontrou-se, por um lado, uma forma de definir um apoio, mais até de natureza administrativa, para que o Conselho funcione com a sua autonomia e meios adequados. E o Governo não interferirá em nada, repito, **em nada** do acompanhamento, na medida em que estiver envolvido e pudesse estar em causa o conflito de interesses.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em consideração os pressupostos apresentados por esta iniciativa do Partido Socialista e a necessidade de ser feito de facto um acompanhamento mais premente destes fundos europeus que aí vêm, de forma que se possa assegurar a verdadeira centralidade do Parlamento;

Porque não basta só apregoar que o Parlamento criou agora uma nova forma e uma nova centralidade; é preciso efetivá-la e traduzi-la em atos contratos que

permitam dignificar a função parlamentar, assegurar que o Parlamento é o verdadeiro órgão da fiscalização da ação governativa e assegurar também que o Parlamento faz um escrutínio sério, credível, em nome e representação do Povo dos Açores, sobre os fundos europeus que aí vêm;

Tendo em conta as opções que vão ser tomadas pelo XIII Governo Regional dos Açores,

O Grupo Parlamentar do PSD não poderia, de forma alguma, deixar de votar favoravelmente esta iniciativa do Partido Socialista, para que efetivamente se possa dignificar a função de todos nós nesta Casa.

Representamos o Povo dos Açores. É isto que dignifica. E é isto com que nos temos de comprometer.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PPM também votará favoravelmente este Projeto.

*(Apartes inaudíveis e risos de alguns Deputados da bancada do PS)*

Sempre votei ao longo destes anos todos.

Como dizia, o PPM também votará a favor deste Projeto de Resolução.

Considero que há um histórico em que existe um desperdício evidente dos fundos europeus. Ao longo de muito tempo, estes fundos não foram devidamente aproveitados.

Desta vez, temos que fazer um trabalho mais eficaz, em prol das populações, em prol do desenvolvimento dos Açores.

Considero que o Parlamento tem um papel construtivo nesta matéria tão sensível.

Acho que este grupo de trabalho faz sentido, mas numa perspetiva construtiva, ou seja, não vamos transformá-lo numa guerrilha partidária, para que os interesses da nossa Região – e o ex-Presidente do Governo Regional sabe bem do que é que estou a falar – e a sua credibilidade junto da União Europeia, não sejam prejudicados.

Por isso, é necessário que exista sentido de responsabilidade. Que se esteja, neste domínio, com sentido construtivo, exigente e fiscalizador, mas sempre com o intuito de auxiliar e servir os Açores.

Servir os altos interesses dos Açores.

Eu estou convencido de que é com esse espírito que todos os Grupos e Representações Parlamentares, e também o Sr. Deputado Independente, estarão neste grupo de trabalho.

Ajudar o desenvolvimento dos Açores. Estar ao lado das nossas instituições. E ter o sentido institucional que esta matéria exige.

Por isso, votarei a favor, como sempre fiz ao longo de todos estes anos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS/PP)**: Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS, um pouco à semelhança do que foi dito logo na primeira intervenção pelo Deputado Pedro Neves, considera que efetivamente é uma responsabilidade deste Parlamento – e a criação de grupos de trabalho não veda o direito de fiscalização a qualquer Deputado desta Casa – e está no seu âmago fazer esta fiscalização.

Este Parlamento faz realmente o acompanhamento dessa execução, duma forma mais alargada. E não posso deixar de dizer que apesar de poder configurar uma duplicação desta fiscalização, o CDS sempre foi favorável à criação de grupos de trabalho, atendendo, à conjuntura que era sem dúvida diferente, em que o Parlamento não tinha a mesma centralidade e muita informação lhe era ocultada.

Neste momento, no curto período desta Legislatura que vivemos, mostrou-se que a centralidade desta Assembleia e deste Parlamento já produziu muitos e bons resultados, com o contributo de todos os Deputados que aqui estão presentes e das diferentes forças partidárias aqui representadas.

Nunca este Parlamento teve nesta pluralidade, tanta centralidade. E a verdade é que tantas e boas medidas já foram produzidas em prol dos Açores e dos açorianos.

Por isso, é óbvio que acompanharemos esta medida, embora, tenhamos algumas dúvidas, nomeadamente quanto à substituição integral, que remete para uma alteração da constituição do grupo de trabalho, remetendo para os partidos que têm assento na Comissão de Economia, ainda que abrindo, depois, a possibilidade de alguma proporcionalidade. Vamos ver como é que, depois, vamos encontrar essa mesma proporcionalidade.

De qualquer das formas, não é esta questão de detalhe que irá inviabilizar a criação deste grupo de trabalho, sendo certo que obviamente acompanharemos esta iniciativa.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é com alguma satisfação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vê a aparente unanimidade em torno desta iniciativa.

Reparámos, também, no incómodo que a Coligação teve em aparentemente votar a favor, mas lá veio a reboque da Iniciativa Liberal e do PAN. E, pelo que se percebe, irá votar favoravelmente a mesma.

Estranho seria se não o fizessem. Até porque é bom lembrar algumas declarações proferidas a este respeito. E, se me permite, Sr. Presidente da Assembleia, vou citá-lo, a propósito do que disse na tomada de posse do Conselho Económico e Social:

“Luis Garcia afirmou ainda querer reforçar a capacidade de fiscalização do Parlamento neste domínio, criando, caso seja necessário, os instrumentos para o efeito e assumindo também um grau de exigência maior para a ação governativa”. E dizia, ainda, e muito bem, o Sr. Presidente, na altura, que “era importante que o Parlamento acompanhasse a execução dos fundos comunitários, sobretudo pelo volume recorde que eles implicariam para a Região e que faria todo o sentido”.

Como se não bastasse, também o Presidente do Governo disse há uns meses atrás que “caberia ao Parlamento decidir qual era o instrumento que melhor se adequava à fiscalização”.

Pois bem, o Partido Socialista não esperou por ninguém, apresentou a sua iniciativa em maio passado, exatamente para garantir que há uma adequada fiscalização e acompanhamento, porque há uma oportunidade histórica, há um volume recorde de recursos que serão alocados à Região e o Parlamento deve ter, de facto, um papel central na sua execução e na sua fiscalização. E nunca será considerado demais, ou duplicar funções, porque a fiscalização é sempre devida. E conforme foi aqui referido, o momento é histórico e envolve valores nunca antes recebidos. E nós, além das funções normais e do acesso normal aos documentos que temos como Deputados, importa pedir mais informação, ouvir outras entidades, até aquelas que têm por objeto executar os fundos comunitários.

Importa, ainda, referir a este respeito, e como foi dito aqui anteriormente que poderia ter havido um desperdício de fundos comunitários nos últimos anos, isso não é verdade. Aliás, é reconhecido por todos que os Açores foram das regiões do País com maior taxa de compromisso e de execução de fundos comunitários. Até fomos elogiados pela Agência para a Coesão na execução desses fundos. E, portanto, esse é também um legado do Partido Socialista que deve ser aqui lembrado.

Por outro lado, mais dois ou três pormenores adicionais também importantes. Um deles até já foi aqui realçado pelo Bloco de Esquerda e tem a ver com o modelo de governação dos fundos europeus que, a nível nacional, foi publicado em maio e nos Açores apenas no início do mês de setembro, com algum atraso, é verdade, mas já existe felizmente.

Ao nível da Assembleia da República, também já foi alargado o âmbito duma comissão eventual de acompanhamento da pandemia, para passar também a acompanhar a execução dos fundos europeus, em particular, do PRR.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, a iniciativa do Partido Socialista visa o envolvimento de todos, não apenas dos Deputados do PS, mas de todos aqueles que estão representados nesta Assembleia. Visa também garantir o envolvimento da restante sociedade açoriana. Visa ouvir o Conselho Económico e Social e todas as entidades que tenham contributos para a fiscalização adequada dos fundos europeus para que, desta forma, possamos todos contribuir para o desenvolvimento da nossa terra que é a nossa missão nesta matéria.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve, apenas para registar o incómodo do Sr. Deputado Carlos Silva, pelo facto da Coligação votar favoravelmente a criação deste grupo de trabalho.

Agradeço e (finalmente!) porque citou o Presidente da Assembleia, relativamente à criação de grupos de trabalho e à centralidade do Parlamento, dou-lhe as boas-vindas ao grupo dos partidos que sempre defenderam a centralidade desta Assembleia (o CDS/PP) e que sempre defenderam o escrutínio com todas as ferramentas possíveis. E defenderam sempre que toda a

informação deve chegar ao Parlamento, para que efetivamente possamos escrutinar, a bem da transparência e da boa governação em prol dos Açores e dos açorianos.

Era só. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Poderia ser uma interpelação, mas como temos tempo, muito rapidamente, Sr. Deputado Rui Martins, só para relembrar que a centralidade do Parlamento é garantida, nesta matéria, pelo Partido Socialista que foi quem apresentou a proposta.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Deputado Carlos Silva não tem defeito, é mesmo feitoio.

Esta mostragem que agora fez de humildade democrática, de centralidade do Parlamento, de chamar até nós a verdadeira fiscalização, é uma opção que toma, mas fá-lo tardiamente.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Porque é a primeira vez, em 24 anos de governação do Partido Socialista, que é criada uma comissão especializada, no seio da Assembleia Legislativa da RAA, para acompanhamento e fiscalização dos fundos comunitários.

Portanto, não existe aqui qualquer bonomia por parte do Sr. Deputado Carlos Silva e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O que há aqui, sim, é uma forma de, agora que não estão no Governo Regional e que não têm maioria absoluta no Parlamento, quererem fazer essa ação fiscalizadora.

Portanto, vem tarde esta sua bonomia, no que diz respeito a esta centralidade do Parlamento coisa a que, durante 24 anos de governação, nunca assistimos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer que vou votar favoravelmente este Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista. No entanto, e não gostando de falar em causa própria, devo dizer que o segundo ponto resolutivo não indica de forma clara e inequívoca a possibilidade da minha participação, com os mesmos direitos de qualquer outro elemento deste grupo de trabalho. É uma vez que o desenho atual desta Assembleia é propício a que sejam ouvidas todas as pessoas que

participam de forma ativa nas votações, acho que seria interessante perceber até que ponto é que o Deputado Independente, que também representa cidadãos desta terra, determinado pelas eleições, poderá participar com os mesmos direitos que qualquer elemento deste grupo?

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, podemos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este Projeto de Resolução nº 58/XII – “criação de um grupo de trabalho para o acompanhamento e fiscalização da execução dos fundos europeus na RAA”, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Resolução nº 58/XII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos fazer um intervalo e regressamos às 17h15.

Convoco uma Conferência de Líderes. Peço para me acompanharem à sala das Comissões, bem como o Sr. Subsecretário.

Muito obrigado.

*Eram 16 horas 38 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas 39 minutos.*

Vamos passar ao ponto 12 da nossa agenda - **Projeto de Resolução n.º 53/XII** – “**Elaboração do Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores**”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo,

Os bombeiros dos Açores prestam um serviço de inestimável valor a cada uma das nossas ilhas, contribuindo, pelo cumprimento das complexas missões de que estão incumbidos, para a segurança e bem-estar das nossas populações.

A abnegação e altruísmo que colocam no exercício das suas funções, e a disponibilidade para dar corpo ao lema “Vida por Vida” que demonstram nas situações mais críticas, elevam o nosso reconhecimento coletivo e, em conjugação com o investimento realizado ao longo dos anos pelos órgãos de governo próprio da Região, contribuíram de forma decisiva para a acentuada cultura de proteção civil da população açoriana.

Na presente legislatura, na área da proteção civil, um dos mais relevantes desafios que se coloca aos órgãos de governo próprio da Região é a consagração do Estatuto do Bombeiro dos Açores.

O “regime jurídico dos deveres, direitos e regalias dos bombeiros portugueses no território nacional” foi definido pelo Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que estabeleceu um quadro de benefícios a atribuir aos bombeiros voluntários.

O citado diploma foi, entretanto, alterado por várias vezes, destacando-se a quarta alteração, pelo Decreto-Lei n.º 64/2019, de 16 de maio, por consagrar a atribuição de novos benefícios aos bombeiros voluntários.

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional, foi adaptado pelo Decreto Legislativo

Regional n.º 10/2015/A, de 9 de abril, que para além de identificar as entidades regionais competentes para o exercício das atribuições e competências imputadas no Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, às diversas entidades nacionais, permitiu também que os bombeiros açorianos pudessem aceder ao conjunto de direitos e regalias consagrado no diploma nacional, de acordo com as nossas especificidades regionais.

A evolução verificada ao longo dos últimos anos recomenda que se proceda a uma revisão do quadro vigente, promovendo uma abordagem atual e sistematizada.

Trata-se de uma matéria da maior relevância, designadamente para garantir uma análise abrangente e estruturada das múltiplas componentes relacionadas com direitos, deveres e prerrogativas dos bombeiros dos Açores.

Num processo desta natureza, havendo competência dos dois órgãos de governo próprio da Região, entendemos que deve ser o Governo a desencadear o processo, rentabilizando, assim, os recursos do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores para o seu desenvolvimento e para a necessária articulação de procedimentos.

Assim, com esta iniciativa, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que:

- 1º. Promova os procedimentos necessários à elaboração de uma proposta de Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores;
- 2º. Que o Estatuto acima enunciado contemple, entre outras matérias, a abordagem à natureza distinta, mas complementar, dos bombeiros voluntários assalariados e dos bombeiros voluntários não remunerados, e respetivas especificidades;
- 3º. Que a proposta a apresentar identifique também medidas específicas no âmbito da higiene, segurança e saúde no trabalho, nomeadamente o acesso a

apoio psicológico gratuito, assente numa visão de caráter preventivo sobre a saúde dos bombeiros;

4º. Que sejam ainda preconizadas medidas de incentivo ao voluntariado nos Corpos de Bombeiros da Região.

Por último,

5º. A proposta de Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores seja apresentada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no prazo de um ano após a publicação da presente resolução.

Disse.

**Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente o PAN apoia este Projeto de Resolução.

Não sei se poderei dizer porque é que este Projeto de Resolução existe quando, à partida, o PAN apresentou no início da Sessão Legislativa anterior um Projeto de Resolução que tinha a ver com o subsídio de risco e uma reforma antecipada dos bombeiros.

Foi dito, aliás foi uma promessa do Sr. Presidente do Governo, que o Executivo iria criar o Estatuto do Bombeiro nos Açores. E, sem dúvida, porque foi uma

promessa na qual temos que confiar, achamos que talvez seja extemporâneo agora este Projeto, mas apoiamo-lo na mesma, como é óbvio.

Queríamos, no entanto, aproveitar a ocasião para dizer que todas as alterações que o PAN fez, e que os outros partidos apoiaram e até deram alguns aportes, relativamente ao subsídio para os bombeiros, sobre elas ainda nada foi feito. Por isso, relembro novamente ao Sr. Secretário Regional que elas estavam no Orçamento e no nosso Projeto que foi aprovado nesta Assembleia. Os bombeiros necessitam dele.

Por outro lado, precisamos saber qual é a percentagem, uma vez que se ouviu falar, nomeadamente o Sr. Deputado Pedro Pinto e o Presidente duma Associação... não sei se de Angra do Heroísmo ou da Praia da Vitória, que não vale de nada aquilo que foi aprovado pelo PAN. Vale sim, porque a percentagem nunca foi dita.

Se estamos a comparar com aquilo que já foi dado nas Flores que foi 2%, isso foi ao nível camarário, o que não é o caso aqui.

A equiparação era pôr os bombeiros ao nível dos funcionários dos matadouros. Estamos a falar entre 20% a 30%. Não estamos a falar “dum cafezinho por dia”, como foi dito.

Politicamente não se podia fazer isso, sem saber à partida quais eram as percentagens.

Por isso, peço novamente ao Sr. Secretário Regional que indique qual é a percentagem, pois ela é bastante importante, porque os bombeiros estão à espera desse subsídio.

Isso vai fazer toda a diferença para os bombeiros e para as suas famílias, ainda por cima no meio duma pandemia Covid.

Nós sabemos que pagámos tudo o que fosse a falta de faturação, mas não pagámos a faturação, a mais, que tivemos que pagar, neste caso, todas as associações de bombeiros e todos os quartéis, referente a toda a indumentária

que é necessária para os bombeiros que viram aumentar drasticamente a sua faturação, em termos de despesa de indumentária.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar a minha intervenção cumprimentando o Sr. Deputado Carlos Ferreira, porque olhando para a agenda, calculo que esta seja a sua última intervenção, pelo menos nesta Legislatura.

Também quero lhe dizer que foi um prazer estar aqui consigo. E quero referir que o admiro muito pela forma séria como até agora encarou a política. Espero que continue a fazer o mesmo na Câmara Municipal da Horta.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**A Oradora:** Posto isto, a iniciativa que está agora em debate, visa a elaboração do Estatuto do Bombeiro da Região.

O Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de junho, define “o regime jurídico aplicáveis aos bombeiros portugueses no território nacional, sem prejuízo das competências dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas”.

Como tal, surgiu a necessidade de que este regime fosse aplicável aos bombeiros dos Açores, tendo sido criado, para tal, o Decreto Legislativo Regional nº 10/2015/A, de 9 de abril. No entanto, há a necessidade de criar o Estatuto do Bombeiro da forma mais adequada às especificidades dos Açores.

Realço que um dos pontos do Programa deste Governo, é exatamente o de “criar o Estatuto dos Bombeiros dos Açores num processo de diálogo com as

associações humanitárias e com as estruturas representativas dos bombeiros”. Porém, é realmente um pouco estranho que os partidos da Coligação venham agora fazer uma recomendação ao Governo, quando isto já é um dos compromissos assumidos para com as açorianas e açorianos. Ou seja, estão a recomendar a si próprios algo que já foi assumido.

Mas, ainda digo mais.

O Bloco de Esquerda considera e bem, que um Projeto de Resolução é um importante instrumento de trabalho que o Governo deve respeitar, sobretudo, um Governo que alega querer dar centralidade a este Parlamento.

Não posso, porém, deixar de lembrar que no passado dia 26 de março, aquando do debate de um Projeto de Resolução aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, desvalorizaram este tipo de iniciativa, referindo-se a este como – e passo a citar – “um projeto de resolução, uma mera recomendação ao Governo Regional. Não consideramos que seja taxativo”.

Portanto, são os próprios que sustentam o Governo que duvidam do Projeto de Resolução.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Olhe que não!

**A Oradora:** De qualquer forma, o que está aqui em causa é a elaboração do Estatuto do Bombeiro da RAA. E, como compromisso do XIII Governo, era de esperar que o mesmo já tivesse apresentado a este Parlamento uma proposta de decreto legislativo regional. E que não necessitasse de esperar pela recomendação dos partidos que sustentam este Governo.

No entanto, e devido ao valor e à importância que este Estatuto tem para os nossos bombeiros, o Grupo Parlamentar do Bloco acompanhará a presente proposta.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me começar por fazer este aparte.

É que realmente a Sra. Deputada Alexandra Manes surpreende-me cada vez mais.

Há pouco quando falava a meu respeito, fez uma intervenção do piorio.

**Deputado João Vasco da Costa (PS)**: Cada um tem o que merece!

**Deputado José Contente (PS)**: Está com ciúme, Sr. Deputado?

*(Risos de alguns Deputados das bancadas do PS e do PSD)*

Agora, quando é o Sr. Deputado Carlos Ferreira, já é bom... já foi muito importante. Apetece-me dizer ó Sra. Deputada, eu também estive na Polícia!

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e Deputado do CDS/PP Pedro Pinto)*

Mas voltando ao tema que está em análise, do ponto de vista da sua substância, a questão é que este Projeto de Resolução tem 7 meses. Na altura, nós considerámos que tinha oportunidade política e que era algo complementar à iniciativa do PAN que, aproveito para dizer, votei favoravelmente, pois considero que é bastante válida e obviamente tem que ser executada. E, por conseguinte, nesse sentido, não há aqui qualquer tipo de incompatibilidade. Só quero lembrar apenas que foi apresentada há 7 meses.

Considero, também, que os procedimentos e o que já foi aprovado nesta Casa, necessita que seja de facto elaborada a proposta do Estatuto do Bombeiro da RAA, para ser executado.

Por isso, este Projeto de Resolução vai nesse sentido e é também complementar à proposta que o PAN apresentou.

Também quero fazer justiça ao Sr. Deputado Carlos Ferreira que se bateu, e bate, por esta temática há muitos anos, enquanto aqui desempenhou funções. Há muito tempo que ele tem iniciativas nesta matéria.

Devo, também para não ser a Sra. Deputada Alexandra Manes a única a fazer as despedidas ao Sr. Deputado Carlos Ferreira, dar os parabéns ao Sr. Deputado pela sua vitória nas eleições, pela nossa vitória – foi um pequeno contributo, mas eu também tenho que ganhar alguma coisa, não é só perder – e deixo-lhe aqui as felicitações pelo seu trabalho ao longo de todos estes anos no Parlamento. E desejo-lhe as maiores felicidades no âmbito do desempenho das funções que irá assumir dentro de poucos dias. São funções difíceis, de grande responsabilidade, mas sei também que V. Exa. estará à altura para as desempenhar com a eficácia e a competência que o caracteriza.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é complementar ao do PAN. É **fundamental** para se poder executar o do PAN, o que é bem diferente.

Se bem se lembram, foi isso na altura, aquando da discussão da iniciativa do PAN, que gerou algum burburinho nas sedes das associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores, e que eu aqui referi. Porque sem Estatuto do

Bombeiro, não se pode aplicar o complemento remuneratório de risco ao bombeiro. E, portanto, foi isso que na altura disse e que gerou algum problema. Ou seja, esta é a parte que é preciso fazer. E é urgente fazer, para se poder então aplicar o subsídio de risco e se poder avaliar, de facto, as carreiras que são abrangidas pelo subsídio de risco e aquelas que, dentro dos bombeiros, não são abrangidas por ele.

E isto porquê?

Porque o subsídio de risco exige uma avaliação de exposição ao risco. Não é propriamente por decreto ou por *régua e esquadro*, que se aplica. No caso dos trabalhadores que têm direito ao subsídio de risco, este é avaliado precisamente naquilo que diz respeito à sua atividade, enquanto expostos à adversidade, seja ela qual for.

Portanto, a Iniciativa Liberal vai associar-se a este Projeto de Resolução apresentado pelos partidos da Coligação, porque considera fundamental criar-se o Estatuto, para se poder aplicar a justa compensação que o diploma do PAN previu e que aprovámos há algum tempo atrás por unanimidade.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado João Vasco Costa.

(\*) **Deputado João Vasco da Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Partido Socialista, esta iniciativa, como muito bem foi referido em Comissão, é uma daquelas medidas em que tudo o que for feito de bem e que possa melhorar a qualidade de trabalho dos bombeiros, é muito útil. Tal também já foi afirmado pelas diversas entidades que foram ouvidas em Comissão e nós concordamos em absoluto.

Além disso, concordámos também com o que igualmente foi referido em Comissão, relativamente ao facto deste Projeto de Resolução ser muito

genérico. E com isto não estou a fazer nenhuma crítica, antes pelo contrário. Estou a justificar, de alguma forma, aquilo que nos levará a aprovar esta iniciativa, uma vez que o que interessa, o que esperamos ver calculado no Estatuto propriamente dito, no trabalho que o Governo fará – o prazo aqui referido também nos parece razoável, tendo sido reconhecido por todos, inclusive pelo Sr. Secretário, é que pontos como a adaptação à Região do Decreto-Lei nº 248/2012, prevendo a possibilidade de criação de corpos de bombeiros mistos, possa ser acautelado, como também as condições de higiene e segurança no trabalho, que ajude a colmatar a contínua falta de voluntários nas diversas corporações da nossa Região, o que é transversal praticamente a todas elas.

Que venha permitir igualmente clarificar a diferenciação entre o estatuto social e o Estatuto do Bombeiro propriamente dito.

Por tudo isto, o Partido Socialista aprovará este Projeto de Resolução apresentado pela Coligação.

Finalmente, dizer também – é justo que o faça – que na parte que me toca e em termos pessoais, Sr. Deputado Carlos Ferreira, foi um gosto trabalhar consigo. Na divergência, teve sempre um trato de urbanidade que eu reconheço e agradeço. E não deixo de reconhecer, da sua parte, alguma clarividência e responsabilidade, como neste tema particular dos bombeiros, tendo conseguido reconhecer, sem qualquer intenção de tirar proveito duma atitude diversa, que no meio de tudo o que os bombeiros têm e do que foi feito, muita coisa foi bem feita no passado, o que também engrandece a sua forma de estar na política. E, portanto, também por isso, os meus agradecimentos e o desejo de felicidades no futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que não podia estar mais em desacordo com o Sr. Deputado Nuno Barata.

Trata-se aqui de pareceres e posições jurídicas, cada um tem a sua opinião, seja ela fundamentada por juristas, ou seja, isto é já um *déjà vu*. Nós vamos simplesmente dizer a mesma coisa que já foi dito no passado.

Os pareceres jurídicos que eu tenho contrariam completamente o que foi dito pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal. Mas mesmo que o senhor tivesse razão relativamente à profissão de risco - coisa que para mim não tem e estou convicto disso, não pode falar sobre o subsídio de risco, porque uma coisa é definir uma profissão de risco devido à sua perigosidade, outra coisa é o subsídio de risco. E vou dar um exemplo comparativo.

Uma câmara municipal se quiser dar um subsídio de risco, chamando *subsídio de apito ou subsídio de bola*, pode dar. Aliás, isso já aconteceu nos Açores.

Então porque é que não o poderemos atribuir mediante o subsídio de risco?

São coisas diferentes. Ou seja, definir uma profissão de risco que podemos estabelecer sem o estatuto, é uma situação; outra bem diferente é o subsídio de risco do bombeiro, independente da definição da perigosidade que, se bem se lembram – e é uma história bem recente – o Sr. Deputado Nuno Barata disse que não há qualquer perigosidade para os bombeiros, porque eles só andam com as ambulâncias e são só condutores, por isso, não é por aí.

Muito obrigado.

*(Aparte inaudível do Deputado Nuno Barata)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(\*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme foi aqui referido, desde 2015 já é aplicável aos bombeiros da RAA o regime jurídico Estatuto do Bombeiro que desde 2007 existe para os bombeiros do território continental, sendo possível que os nossos bombeiros tenham acesso a um conjunto de direitos e regalias decorrentes da sua função. De 2007 a 2015 houve essa adaptação e há agora a necessidade de rever esse regime.

O XIII Governo Regional assumiu o compromisso de rever o Estatuto do Bombeiro. De resto, consta do Programa do Governo, no sentido de revermos o que existe e tentarmos, de alguma forma, que a especificidade regional contenha algum tipo de exigência que determine alguma especificidade de direitos e regalias para os bombeiros dos Açores.

Este é um processo complexo, que tem de ser muito debatido com as associações e com as estruturas representativas dos bombeiros, sendo que necessita duma análise profunda, abrangente e aberta de todos estes intervenientes, em todas as dimensões que têm o Estatuto do Bombeiro.

Por isso, quando se coloca aqui a questão porque é que só agora se faz isto, e porque é que até agora o Governo não fez? A minha resposta foi dada a 1 de junho, quando fui ouvido pela Comissão.

Não me vou citar a mim próprio, até porque não é de bom tom, mas vou citar o que diz o relatório, fazendo referência às declarações do Secretário Regional em sede de Comissão a 1 de junho.

“Esta é uma questão complexa, pelo que se exige uma reflexão profunda, desde logo, com o Conselho Regional dos Bombeiros, que se está a programar para setembro de 2021, devido às questões pandémicas. Sendo de extrema importância que se organize de forma sustentada um evento desta natureza e com esta importância e que poderá vir a resolver muitos dos problemas que estão a preocupar os bombeiros dos Açores, desde há muitos anos”. E depois

adianta o relatório: “o Governo Regional entende que a participação massiva dos bombeiros, das suas associações, das suas corporações e dos seus representantes, nomeadamente ao nível do Conselho Regional, poderá ser um passo decisivo para a concretização desse Estatuto, de uma forma mais consensual e, por isso, mais eficaz”.

O que quer dizer que, nada de novo, pelo facto de não termos ainda apresentado nenhuma proposta, porque foi exatamente aquilo com que nos comprometemos no Programa do Governo e em sede de Comissão a 1 de junho. E o Conselho Regional irá iniciar-se daqui a 2 dias.

Palavra dada, palavra cumprida. Daqui a 2 dias começa em Ponta Delgada o Conselho Regional dos Bombeiros, às 9 horas de 6ª feira.

Aí, sim, este assunto irá ser abordado, que é precisamente um dos pontos da agenda deste Conselho, como outros pontos, tais como o subsídio de risco.

Aí, com todas as associações, todos os representantes, com o Serviço Regional de Proteção e Bombeiros, teremos uma discussão alargada, aberta, descomprometida, sem comunicação social sequer – no sentido das pessoas debaterem tudo aquilo que sabemos, nalgumas circunstâncias é alvo de alguma litigância e dalgum conflito, no seio dos próprios representantes – para debatermos de forma aberta as matérias. E só agora é que temos as condições para tal, como nos comprometemos a ter, para podermos decidir e debater este assunto. Daí, a justificação porque é que só agora tal como foi demonstrado nos termos em que referi.

Obviamente que todos temos a consciência da importância deste debate, desta reflexão, ao nível dum conjunto vasto de áreas que têm a ver com o Estatuto do Bombeiro, nomeadamente as questões ligadas ao apoio psicológico, ao nível da crise, que está mais do que demonstrado. Ainda há pouco tempo em reunião com a Ordem dos Psicólogos, este foi um dos assuntos abordados numa forma muito intensa e é uma das reivindicações das associações de bombeiros e dos

seus representantes, no sentido de haver uma abordagem ao nível do apoio psicológico que necessitam, exigem e merecem, pelas situações de crise que têm de suportar. Por outro lado, também ao nível da medicina do trabalho, higiene e saúde no trabalho que são áreas importantes.

Em relação à questão relativa aos corpos mistos, consideramos que é essencial. Todos temos a consciência, quem lida com a proteção civil e com os bombeiros dos Açores, que existe um problema que tem de ser debatido e tem que começar a ser decidido. Tem a ver com esta dualidade entre voluntários e profissionais. Todos sabemos da dificuldade cada vez maior que existe, no que diz respeito ao voluntariado e a haver pessoas que se voluntariam para prestar esse serviço e que têm feito um trabalho inestimável. Se não fossem eles, muitas das corporações não existiam e não havia muita da resposta de voluntariado que tem sido essencial à nossa natureza durante todos estes anos.

Por isso, esta é uma das discussões mais importantes para o futuro dos bombeiros dos Açores. Ou seja, tentar perceber qual será o caminho, em termos de incentivos, de motivação e de estímulo ao voluntariado. E perceber também o profissionalismo como uma inevitabilidade. Sabendo nós que um dos caminhos que terá de ser decidido nos próximos tempos, é o da profissionalização e, quem sabe, da funcionalização pública dos bombeiros.

É um caminho complexo, que exige muita reflexão. E certamente o Conselho Regional dos Bombeiros será o momento oportuno para se fazer este debate.

Para além dos incentivos ao voluntariado, também é importante termos a consciência do papel dos municípios. Grande parte deste debate tem sido feito ao longo dos anos, numa forma aturada. Mas muita dificuldade houve em envolver os municípios nesta responsabilidade de proteção civil.

Por isso, quando vejo aqui um recém-eleito Presidente de Câmara a dizer o que disse, é um sinal de esperança de que os municípios dos Açores terão uma visão

diferente para a responsabilização que devem ter no processo de proteção civil dos respetivos municípios.

Assim sendo, e nesta onda de saudação ao recém-eleito Presidente da Câmara da Horta, não podia deixar passar, pessoal e institucionalmente, uma saudação e uma manifestação de compromisso por parte do Governo Regional, a este nível, para colaborarmos sempre e cada vez mais com os municípios, em prol da proteção civil e dos bombeiros da Região.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E os outros eleitos?!

**O Orador:** E a todos os outros Presidentes de Câmara eleitos.

E aos pretendentes a Presidentes Câmara que não foram eleitos e que, nas suas funções de vereadores, poderão também dar um contributo efetivo para esta sensibilização.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e Membros do Governo)*

**O Orador:** Gostaria também de fazer uma referência aos valores já atribuídos por este Governo Regional, no que diz respeito às compensações, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves. Para dizer que este Governo já atribuiu e já pagou cerca de meio milhão de euros a 14 associações de bombeiros dos Açores, relativamente às compensações pelas perdas e faltas de lucro decorrentes da pandemia.

Também gostaria de fazer referência a uma matéria que é muito relevante, quer nos bombeiros quer em todas as outras áreas e que tem a ver com a formação.

A formação contínua é decisiva. E a formação dos bombeiros e de todos os agentes de proteção civil, é determinante para o sucesso da respetiva ação, para a consideração que merecem e para o respeito que a tutela tem que ter com os bombeiros. Mas também numa outra perspetiva que está relacionada com a

transversalidade dessa formação. Não só aos bombeiros, mas a todos quantos se cruzam com os bombeiros e à população em geral, no sentido de que todos devemos ter a consciência de que devemos ser agentes de proteção civil.

Nessa perspetiva, gostaria de anunciar aqui que, só em 2021, em ano de plena pandemia, foram realizadas 98 ações de formação na Região, abrangendo 967 formandos, quase 1 milhão de formandos, em ano de pandemia, em que muitas ações foram adiadas, em que a formação foi quase menos considerada em muitas áreas, tendo havido um esforço imenso por parte do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. E aproveito para deixar aqui este registo de apreço de que foram realizadas 98 ações, abrangendo 967 formandos. Só para bombeiros, especificamente para eles, foram realizadas 73 ações, abrangendo 712 bombeiros, só em 2021 e só até esta data, sem contar com as que estão previstas até final do ano.

Ações de sensibilização para a população em geral, foram realizadas - entre setembro de 2020 e junho de 2021 - 169 ações, abrangendo 4107 formandos. É muita gente a ter formação e sensibilização para a proteção civil.

Só para podermos comparar, se entre setembro de 2020 a junho de 2021, foram realizadas 169 ações, abrangendo 4107; de setembro de 2019 a junho de 2020, foram realizadas apenas 47 ações, abrangendo 2902 formandos. O que quer dizer que houve um esforço muito grande ao longo deste ano, para haver formação, informação e sensibilização a todos os agentes, também sendo assim, um contributo para a valorização e apoio dos bombeiros, naquilo que se pretende seja consolidado e concretizado com as decisões que irão sair do Conselho Regional dos Bombeiros que se realizará a partir de 6ª feira.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que também vou aprovar este Projeto de Resolução que prevê a elaboração do Estatuto do Bombeiro dos Açores, porque é da mais elementar justiça para com esta classe da nossa sociedade. Desde logo, porque os bombeiros prestam um inestimável serviço e emprestam uma sensação de segurança a toda a sociedade. Já vamos tarde na aprovação deste documento.

Por isso, deixo aqui um repto ao Governo Regional para que, dentro do possível, aligeire o horizonte temporal de 1 ano para a elaboração do Estatuto do Bombeiro para que, ainda antes desse tempo, estejamos nós aqui a aprová-lo definitivamente, podendo ser posto em prática, fazendo assim, o devido reconhecimento a essa classe que tanto valorizamos e nos orgulha.

Gostaria de referir, também, que esse Estatuto, no meu entender, deverá sempre premiar o inestimável trabalho de voluntariado que os bombeiros prestam, algo que na sociedade de hoje já não é costume ver-se, bem como a disponibilidade prestada, não só por aqueles que não têm vínculo aos corpos de bombeiros, mas também por aqueles que, estando vinculados, prestam serviço de voluntariado para além das horas que lhes são devidas, enquanto funcionários assalariados nessas mesmas corporações.

Em resumo, esse é um trabalho que não tem preço. É um trabalho cívico que não tem preço. E é da maior justiça que nós aqui enalteçamos esses dignos cidadãos.

Aproveito este momento, como não podia deixar de ser, à semelhança do que já foi feito aqui por outros Srs. Deputados, para realçar a qualidade e a dignidade com que o Deputado Carlos Ferreira exerceu as suas funções nesta Casa. É alguém que seguramente vai deixar saudades pela forma profissional, correta e

educada com que sempre fez as suas intervenções neste Parlamento. Algo que é digno de registo. E, como já lhe disse ontem Sr. Deputado, vê-lo partir, impele-me a dar-lhe só metade dos parabéns, por ter conseguido a eleição claro, só que vai deixar seguramente saudades nesta Casa pelo trabalho efetuado.

Um bem-haja!

Aproveito, também, este momento para felicitar todos os outros Deputados e Deputadas que vão sair desta Casa para o desempenho dessas funções públicas, muito nobres e muito próximas da população, que lhes darão certamente uma responsabilidade acrescida, mas com certeza um prazer inestimável, para poderem contribuir de uma forma mais presente e mais próxima na vida dos cidadãos que representam.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto:

Sobre o meio milhão de euros que foi dado às associações humanitárias, sem dúvida que isso foi feito pelas perdas de faturação. Mas não foi feito pela despesa que é maior relativamente à pandemia Covid.

Todos os quartéis têm uma despesa muito maior do que tinham antes da pandemia Covid, mesmo devido à sua proteção que, durante a mesma, tem que ser adequada aos doentes.

Falando nisso, também verificamos que em relação ao serviço prestado no âmbito do Covid, e tendo em conta os dados que são fornecidos à Secretaria, e isso é público, foi dado mais dinheiro a Angra do Heroísmo do que foi dado, por exemplo, a Ponta Delgada, o que para o PAN faz um pouco de confusão como é que isso é possível, tendo em conta a quantidade de pessoas que foram infetadas, nomeadamente em S. Miguel.

Por isso, se o Sr. Secretário tiver esses números, agradecia que nos desse aqui. Sobre o voluntariado, sem dúvida que os próprios assalariados fazem-no (voluntariamente) e sabemos que eles têm uma carga horária, por isso foi com bastante agrado que ouvi o Sr. Secretário dizer que se calhar temos que rever a parte do voluntariado, mas também a parte que diz respeito ao profissionalismo do bombeiro. Embora, saibamos que o voluntariado está a decrescer, é notório a nível nacional, e talvez tenhamos que olhar doutra forma e com outra estratégia em relação ao bombeiro profissional ou, neste caso, ao assalariado, como já falámos.

Sobre a formação, ela é muito necessária para que os nossos bombeiros tenham sempre uma formação adequada e contínua.

Também devemos admitir – e talvez já em outubro vejamos isso, dado que teremos todos juntos os presidentes das associações humanitárias – que a maior parte dessa formação, é dada em regime pós-laboral, isto é, o próprio bombeiro dá das suas horas de lazer, para fazer essa formação. Pelo menos, foi isso que alguns bombeiros me disseram, não sei se será a sua maioria. E como eles não querem deixar de a ter, se calhar tínhamos que ver da possibilidade de dar essa formação durante o horário laboral desses assalariados, porque ela é contínua e obrigatória.

Obrigado.

**Presidente:** obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(\*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentei na minha intervenção anterior responder a todas as questões que foram colocadas, mas raramente conseguimos responder a todas e essa ficou atrás.

Gostaria de dar a informação de que, no que diz respeito a equipamentos de proteção individual às associações de bombeiros, à quase totalidade delas, os mesmos foram fornecidos pelas unidades saúde de ilha.

No que diz respeito à informação de que a Associação Humanitária de Ponta Delgada teria recebido menos do que a de Angra do Heroísmo, vou referir exatamente os valores que foram entregues a cada uma delas, para que essa questão fique clarificada duma vez por todas. Sendo que esses valores foram atribuídos de acordo com os elementos fornecidos; e isso levou algum tempo, porque houve a necessidade de esperar que nos fizessem chegar todos os elementos comprovativos da perda de receitas e o aumento das despesas. Só com a avaliação de todos, é que poderíamos saber como fazer a distribuição do valor disponível, isto é, os tais cerca de meio milhão de euros.

Houve até circunstâncias em que a informação que nos deram era dum determinado valor e, quando pedimos para que fossem comprovados esses mesmos valores, chegámos à conclusão que não correspondiam à informação que nos tinham dado.

Foi, de facto, um trabalho muito aturado, o de identificar em todas as associações aquilo que eram as respetivas perdas de faturação ou prejuízos que tiveram na sequência da pandemia.

Isso teve que ser tudo muito fundamentado, exatamente pela circunstância de que, sendo dinheiros públicos, tem de haver uma fundamentação clara da atribuição dos respetivos apoios. Houve, ainda, excepcionalmente, algumas associações que até tiveram resultados positivos.

Vou então informar quais foram os valores distribuídos:

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta

Delgada 92.951,38€;

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo 26.381,43€;

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande 119.375,19€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória 16.800,21€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial 16.548,28€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Calheta 1903,41€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Povoação 17.261,91€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Nordeste 24.379,17€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo 34.869,80€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Madalena do Pico 45.844,62€
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico 25.269,9€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de S. Roque do Pico 2.668,10€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sta. Cruz das Flores 13.963,7€;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da ilha do Corvo 10.315,62.

Estes valores totalizam o montante global de 448.531,28€ e que foram atribuídos na sequência das informações que foram prestadas pelas respetivas associações de bombeiros ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros e que levaram ao correspondente pagamento.

**Presidente:** Obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somos subscritores deste Projeto de Resolução, porque consideramos que há um conjunto muito significativo de açorianos que prestam uma nobre missão, a qual nos garante uma segurança coletiva, que são os bombeiros, sejam eles homens ou mulheres.

Nesse sentido, e daquilo que já foi debatido há poucos minutos, Sr. Secretário, saliento a necessidade de haver um cuidado especial na conceptualização da carreira do bombeiro.

A atividade do bombeiro tem uma elevada componente física. E, portanto, é da natureza humana que, à medida que envelhecemos, vamos perdendo faculdades físicas. Logo, isso vai limitando a atividade também dos bombeiros que, à medida que envelhecem, não vão tendo capacidade para fazer determinados serviços que faziam quando eram mais jovens. Sejam eles assalariados, sejam eles voluntários.

Por isso, neste sentido, para além do subsídio de risco – sendo uma atividade muito física está sujeita ao risco – também temos que ponderar e considerar outros fatores, como sejam doenças que possam surgir, pela atividade física que desempenham no decurso da sua missão. Chamo, assim, a particular atenção para este facto e sei que o Sr. Secretário também tem uma particular sensibilidade para isso.

Não estando propriamente englobado naquilo que será o Estatuto do Bombeiro, importa também dar algum cuidado àquelas que são as condições materiais para o exercício da atividade dos bombeiros, nomeadamente as questões técnicas como veículos e outros equipamentos. Também eles têm vindo a evoluir, com a evolução da tecnologia e a evolução dos tempos, o que acarreta também uma maior complexidade na sua atividade. O que cria, dentro das corporações, alguma dificuldade depois na gestão dos recursos humanos.

A nossa sociedade tem evoluído e bem, podia evoluir mais, mas é a que temos. E sabemos bem que a dificuldade que as associações humanitárias encontram para cativar jovens para voluntariado, é comum a todas as associações de todos os níveis na nossa sociedade. Daí pensarmos que a componente assalariada, com o passar, do tempo, vai ter um peso mais efetivo nos (efetivos) bombeiros, do que propriamente a componente do voluntariado.

Portanto, na elaboração deste Estatuto do Bombeiro, chamo particular atenção para esta evolução, para que se possa também acomodar aí esta evolução social que temos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(\*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de reconhecer uma vez mais – isso já foi feito em Comissão – aqui no plenário, o investimento importantíssimo que foi feito no sistema de proteção civil pelos anteriores governos e que será naturalmente continuado e intensificado pelo atual Governo, como também já percebemos até pela atitude do Sr. Secretário Regional, quando abordamos esta matéria.

Naturalmente não foi tudo bem feito, ninguém faz tudo bem feito, mas foram dados passos muitos importantes ao longo das últimas décadas, e há novos passos a dar. E a criação do Estatuto do Bombeiro da RAA é um dos passos mais importantes, tal como foi referido durante a apresentação da iniciativa.

Relativamente a algumas questões que foram aqui colocadas, procurando não alongar muito a discussão, volto a referir que optámos por um Projeto de Resolução, porque entendemos que é o Governo Regional, nomeadamente através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que

está em permanente articulação com as corporações, com a Federação de Bombeiros dos Açores e com os representantes dos próprios bombeiros, que tem os recursos necessários para desenvolver, com a necessária qualidade e sensibilidade, um processo com esta relevância, com esta natureza tão importante para os nossos bombeiros, para a proteção civil e para a segurança das nossas populações.

Esta iniciativa embora seja uma recomendação ao Governo Regional, aponta já diversas matérias que devem ser contempladas, tendo sido outras acrescentadas. E atribui o prazo de 1 ano, a contar da discussão e aprovação da iniciativa neste Parlamento, para que o Governo apresente a Proposta a esta Casa. Ou seja, dentro de 1 ano teremos efetivamente dado mais um passo em matéria de proteção civil na Região.

Por último, resta-me agradecer as palavras que me foram dirigidas pelas Sras. e Srs. Deputados e dizer que foi uma honra servir todas as açorianas e açorianos neste Parlamento, enquanto primeiro órgão da autonomia.

Não fiz tudo bem, obviamente, mas procurei desempenhar esta função com a maior dedicação e dignificar o Parlamento dos Açores.

Aproveito, por último, para transmitir também a minha total disponibilidade para colaborar com todas as Sras. e Srs. Deputados. Fico à vossa disposição e do Parlamento, no exercício da missão para a qual os faialenses me elegeram no passado dia 26 de setembro. É mais uma missão, é assim que eu gosto de encarar estas funções, que procurarei desempenhar com zelo, dedicação e empenho.

E, do fundo do coração, agradeço todo o apreço e consideração que manifestaram por mim.

Levo também deste Parlamento uma experiência muito enriquecedora para a minha vida. E procurarei colocar ao serviço dos faialenses, a partir da tomada de posse das funções de Presidente da Câmara Municipal da Horta.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada de todas as bancadas parlamentares e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 53/XII – “Elaboração do Estatuto do Bombeiro da Região Autónoma dos Açores”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 53/XII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado.

Deliberou a Conferência de Líderes encerrarmos os nossos trabalhos por hoje neste ponto. Regressamos amanhã às 10 horas.

Bom descanso a todos e até amanhã.

*Eram 18 horas e 30 minutos.*

Deputados que entraram durante a Sessão:

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**A redatora:** Ana Paula Lemos